Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura

Área Temática: Reforma Agrária

Período de Análise: junho de 2009.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto É Dinheiro Rural

Índice

Donos no papel – Revista Globo rural – Junho de 2009 6

Famato faz nota de desagravo e pede a demissão do ministro Minc – Sítio Eletrônico da CNA – 02/06/2009 6

CNA protocola denúncia contra ministro do Meio Ambiente – Sitio eletrônico da CNA – 02/06/2009 9

MP que regulariza terras na Amazônia não será alterada no Senado, diz Kátia Abreu – Sítio Eletrônico da CNA – 02/06/2009 10

Procuradoria pede indenização de pecuaristas por desmatamento – João Carlos Magalhães – Folha de Sào Paulo – Brasil – 02/06/2009 11

Kátia Abreu rebate ministro que chamou produtores de "vigaristas" e diz que ele é "alienado da economia" – Sítio Eletrônico da CNA – 03/06/2009 12

Desmatamento, não Produção, sim – Sítio Eletrônico da CNA – 03/06/2009 14

Minc troca farpas com a senadora Kátia Abreu – Estado de São Paulo – Nacional – 03/06/2009 16

Juiz afasta superintendente do Incra em SP - José Eduardo Rondon e Cristiano Machado – Folha de São Paulo – Brasil – 03/06/2009 18

Senado vota regularização de terras; ecologistas protestam – Sítio eletrônico da CNA – 04/06/2009 18

Presidente da CNA diz que recuo de Minc não muda posição da entidade – Sítio Eletrônico da CNA – 04/06/2009 20

'A mim ele não engana', diz Kátia Abreu sobre Minc – Sítio Eletrônico da CNA – 04/06/2009 21

Senado vota regularização de terras; ecologistas protestam – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 04/06/2009 22

Enquadrado, Minc recua nos ataques aos colegas de governo – Folha de São Paulo – Brasil – 04/06/2009 23

Justiça pune dirigente do Incra em SP – Ricardo Galhardo – O Globo – O País – 04/06/2009 24

Kátia Abreu: "Reforma Agrária não se faz com invasão" – Sítio Eletrônico da CNA – 05/06/2009 25

ONGs denunciam retrocesso ambiental – O Globo – Capa – 05/06/2009 27

O luto dos ambientalistas – Soraya Aggege – O Globo – O País – 05/06/2009 28

Regularização começa por local que mais desmata – Marta Salomon – Folha de Sào Paulo – Brasil – 05/06/2009 29

Quem ganha e quem perde – Folha de são Paulo – Brasil – 05/06/2009 Ganha >> Quem ocupou terras na Amazônia até dezembro de 2004 e que terá direito aos títulos; são cerca de 296 mil imóveis em 436 municípios >> O governo, porque ganhou instrumentos para regularizar as terras públicas e identificar os ocupantes, o que permitirá combater o desmatamento de forma mais eficaz ... 30

>> Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário), principal mentor da proposta aprovada no Congresso com poucas modificações >> Mangabeira Unger (Assuntos Estratégicos), coordenador do PAS (Plano Amazônia Sustentável), que estabeleceu a regularização fundiária como prioridade para a região >> Carlos Minc (Meio Ambiente) por ter conseguido evitar a derrubada do dispositivo que permite à União retomar imóveis que desmatarem acima do limite permitido Perde >> ONGs ambientalistas, que apontam benefícios a grileiros de terras na Amazônia e tentaram impedir a venda dos imóveis maiores a preços simbólicos e sem licitação >> Marina Silva, ex-ministra do Meio Ambiente, que não conseguiu alterações para impedir a venda das terras antes de 10 anos e para vetar a concessão a quem não ocupa diretamente a área >> Ruralistas comandados pela senadora Kátia Abreu (DEM-TO), que não conseguiram impedir exigências ambientais na regularização >> Mangabeira Unger, que manobrou dentro do governo para conduzir a regularização fundiária, mas não conseguiu tomar a tarefa do Desenvolvimento Agrária..... 31

"Estão pedindo meu pobre pescocinho", afirma Minc – Folha de São Paulo – Brasil – 05/06/2009..... 31

MST: burla sobre burla – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 06/06/2009..... 32

Lula e a MP da Grilagem – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 07/06/2009..... 34

Último não-índio deixa reserva – Roldão Arruda - Estado de São Paulo – Nacional – 07/06/2009..... 35

Relator mira MST e prefeituras do PT – Leandro Colon - Estado de São Paulo – Nacional – 08/06/2009 37

Regularização fundiária acirra embate – Pedro Dias Leite – Folha de são Paulo – Brasil – 08/06/2009..... 38

"ONGs querem desmoralizar as autoridades" – Folha de São Paulo – Brasil – 08/06/2009 39

"Está todo mundo se esfaqueando em praça pública" – Folha de São Paulo – Brasil – 08/06/2009 40

Oficializada a grilagem da Amazônia – Sítio Eletrônico da CPT – 09/06/2009 ... 41

Lula deve ignorar pressão e vetar um só artigo da MP da Amazônia – João Domingos - Estado de São Paulo – Nacional – 09/06/2009 43

O retrocesso não é só com a Amazônia, é geral – Ana Paulo Scinocca - Estado de São Paulo – Nacional – 09/06/2009 45

MST protesta contra corte de verba para militantes – Roldão Arruda - Estado de São Paulo – Nacional – 09/06/2009 46

Presidente do Incra diz que Pronera terá recursos assegurados – Sítio Eletrônico do MDA – 09/06/2009 48

Apos protestos, INCRA cede a MST – Estado de São Paulo – Nacional – 10/06/2009 50

MST faz protesto em Alagoas contra redução de repasses – Folha de Sào Paulo – Brasil – 10/06/2009 50

Nova lista de desmatadores exclui Incra – Humberto Medina – Folha de São Paulo – Brasil – 10/06/2009 51

Cassel estuda veto em MP da regularização – Marta Salomon - Folha de São Paulo – Brasil – 10/06/2009 52

Lula avisa que vetará trechos da 'MP da Grilagem' – O Globo – O País – 11/06/2009 53

Embrapa vai mapear fazendas que desmatam para criar gado no Pará - Catarina Alencastro – O Globo – 13/06/2009 53

Levantamento vai começar por seis municípios – Catarina Alancastro – O Globo – O País – 14/06/2009 55

Ruralistas tentam preservar MP - Sítio Eletrônico da CNA – 18/06/2009 55

Ruralistas tentam preservar MP – João Domingos - Estado de São Paulo – Nacional – 18/06/2009 56

Incra recebe reivindicações do Grito da Terra Pará 2009 – Sítio Eletrônico do MDA – 18/06/2009 57

Terra Legal cria mecanismos de controle para impedir regularização de áreas griladas – Sítio Eletrônico do MDA – 18/06/2009 59

Ministério define normas para regularizar terras na Amazônia – Sítio Eletrônico da CNA – 19/06/2009 60

Embargo a propriedades no Pará podem inviabilizar atividade, diz CNA – Sítio Eletrônico da CNA – 23/06/2009 61

Lula e Dilma visitam sem-terra e fazem série de promessas para 2010 – Flávio Freire – O Globo – O País – 23/06/2009 62

Minc e Stephanes não escondem divergências - Catarina Alencastro e Isabel Braga – O Globo – O País – 24/06/2009 63

Lula recebe mais de 7 mil mensagens por veto à MP 458 – Paulo de Tarso Lyra – Valor Econômico – Política – 25/06/2009 64

Lula veta transferência de terra da Amazônia para empresas – Sítio Eletrônico da CNA – 26/06/2009 65

Apoio da Contag aos vetos na MP 458 – Sítio Eletrônico da Contag - 26/06/2009 67

Lula contraria ruralistas em dois itens de MP – Estado de São Paulo – Nacional – 26/06/2009 67

Lula veta transferência de terra da Amazônia para empresas – Paulo de Tarso Lyra – Valor Econômico – Política – 26/06/2009 69

Sem-terra invadem 14 fazendas em São Paulo - Soraya Aggege - O Globo – O País – 28/06/2009 70

Ex militantes do MST coordenam núcleos do INCRA – Roldão Arruda e José Maria Tomazela - Estado de São Paulo – Nacional – 29/06/2009 72

Sem-terra invadem fazendas em São Paulo – Folha de Sào Paulo – Brasil – 29/06/2009 73

Brecha em lei pode beneficiar superposseiro - Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 29/06/2009 74

Senadores aprovam mudanças em critérios de produtividade de propriedades rurais – Sítio Eletrônico da CNA – 30/06/2009 77

Senado vai discutir a criação do Estatuto do Produtor Rural – Sítio Eletrônico da CNA – 30/06/2009 78

Donos no papel – Revista Globo rural – Junho de 2009

Presidente Lula sanciona com dois vetos a polêmica medida provisória que regulariza a posse de terras públicas na Amazônia

A pós dois meses de discussões, trocas de desaforos entre ruralistas e ambientalistas e pressões de ambos os lados, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, no dia 25 de junho, a medida provisória 458, que estabelece regras para a regularização fundiária de 67,4 milhões de hectares de terras públicas na Amazônia. O presidente vetou o artigo 7º, que autorizava a transferência de áreas a empresas. A MP estabelece que apenas áreas pertencentes a pessoas físicas poderão ser regularizadas. Também foi vetado o inciso IIº do artigo 8º, mas apenas porque fazia menção à compra de terras por pessoas jurídicas e a prepostos (que exploram a terra em nome de terceiros), e ficaria sem sentido se fosse mantido. A bancada ruralista no Congresso não gostou dos vetos. Porém, ficou satisfeita com o conteúdo geral da MP. Os ambientalistas queriam que o presidente vetasse outros pontos polêmicos, mas não foram atendidos. O Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, declarou que a MP 'é boa no fundamental'. Os dois vetos foram vistos como concessão aos ambientalistas. O texto volta ao Congresso, que pode derrubar os vetos. Para isso, será preciso maioria absoluta dos votos de deputados e senadores. Veja (no quadro abaixo), o que ficou estabelecido pela MP da Regularização Fundiária.

• **GRANDES PROPRIEDADES** (72,9%) - No caso das áreas acima de 1,5 mil ha, a compra será pelo preço de mercado. As áreas com mais de 2,5 mil ha serão retomadas pelo governo.
• **MÉDIAS PROPRIEDADES** (12%, entre 400 ha a 1,5 mil ha) - O preço será definido com base na tabela do Incra, com prazo de 20 anos para pagar e 3 de carência.
• **PEQUENAS PROPRIEDADES** (7,8%, entre 100 ha e 400 ha) - O preço a ser pago é simbólico, também com 20 anos para pagar e 3 anos de carência.
• **MINIFÚNDIOS** (3,7%, até 100 ha) -- As terras serão doadas
• **PROPRIEDADES NÃO CLASSIFICADAS** (3,5%)

Famato faz nota de desagravo e pede a demissão do ministro Minc – Sítio Eletrônico da CNA – 02/06/2009

As declarações ofensivas do Ministro do Meio Ambiente Carlos Minc, causou indignação no setor rural em todo País. As manifestações de repúdio às declarações de Minc surgiram de entidades representativas dos produtores rurais, de líderes ruralistas e do Congresso Nacional. A Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato),

além da elaboração de uma nota de desagravo, enviou um ofício ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, solicitando o afastamento imediato do Ministro.

Segue em anexo a Nota de Desagravo e o Ofício

NOTA DE DESAGRAVO

A FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO – FAMATO vem a público manifestar seu repúdio à infeliz e leviana declaração do Sr. Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, em seu pronunciamento no dia 27/05/2009, durante a manifestação dos agricultores familiares em frente ao Congresso Nacional.

O Sr. Ministro, ao rotular os ruralistas de "vigaristas", deu mais uma evidência de sua imaturidade e irresponsabilidade que o desqualificam para ocupar o elevado cargo que ocupa.

Ruralistas são aqueles que se dedicam à defesa do produtor rural, responsável pela produção de alimentos e pela geração de excedentes exportáveis que têm servido de suporte para toda a política econômica deste país. Estejam eles compondo as bancadas do Congresso Nacional ou na liderança das instituições que congregam os produtores, estão sempre propugnando pela segurança, estabilidade e harmonia nas relações que se estabelecem no processo de produção rural.

É lamentável que um ministro, que deveria estar contribuindo para a paz social no campo, esteja a promover e incentivar ódios e rancores com declarações ofensivas, tendenciosas e vulgares como a que estamos nos referindo.

A Famato registra aqui a sua moção de desagravo a todos que, no Estado de Mato Grosso, estão engajados na luta por melhores condições de trabalho, de vida e produção no campo, os ruralistas mato-grossenses.

Cuiabá, 2 de junho de 2009

OFÍCIO N.º 188/2009 – FAMATO Cuiabá, 2 de junho de 2009

Ao Excelentíssimo Senhor

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Presidente da República Federativa do Brasil

Brasília – DF

Assunto: Afastamento do ministro Carlos Minc

Senhor Presidente,

O setor produtivo rural de Mato Grosso é responsável pela produção de 25 milhões de toneladas de grãos, maior produtor nacional de carne, gera 37% dos empregos diretos do estado e responde por aproximadamente 80% do PIB estadual. Um setor que é a base da economia do estado merece e exige respeito. A civilidade possui um limite que não pode ser extrapolado. Atônitos e indignados, tivemos a infelicidade de ver um ministro de Estado, numa postura que em nada condiz com o cargo que ocupa, proferir palavras de baixo calão e ofender, de forma direta e incisiva, o produtor rural brasileiro.

É profundamente lamentável que num momento crucial para o país, quando os diversos setores, de forma harmoniosa e democrática, avançam nas discussões sobre as questões ambientais, econômicas e sociais, um membro do governo federal, numa atitude descabida, profira tal agressão.
A construção de um país justo e democrático se faz através de ações e atitudes dignas de nosso povo. O ministro Carlos Minc, ao tomar atitudes que estão longe da civilidade, vem na contramão deste processo, prestando um enorme desserviço ao Brasil.

Precisamos manter uma convivência de harmonia e respeito entre todos os segmentos da sociedade e do governo em suas várias esferas. Para isso, não podemos admitir que pessoas irresponsáveis, sem o equilíbrio necessário, ocupem um cargo de tal relevância para o País.
Assimilando o sentimento de revolta e indignação da classe produtora do nosso estado, a Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso solicita da Presidência da República o

afastamento imediato do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. O Brasil precisa de dirigentes responsáveis, equilibrados e comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Nação.
Os produtores rurais e a sociedade brasileira merecem respeito.

Respeitosamente,

RUI CARLOS OTTONI PRADO

Presidente

CNA protocola denúncia contra ministro do Meio Ambiente – Sitio eletrônico da CNA – 02/06/2009

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) protocolou hoje (2/6), na Comissão de Ética Pública do Governo Federal e na Procuradoria Geral da República (PGR), denúncia contra o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, que na semana passada chamou lideranças do setor agropecuário de "vigaristas". A informação foi dada pela presidente da entidade, senadora Kátia Abreu. "A CNA não vai aceitar passivamente agressões desta natureza que venham de qualquer lugar", justificou. Diante do comportamento do ministro, Kátia Abreu descartou qualquer possibilidade de diálogo a partir de agora. "Não com este cidadão que mostrou preconceito explícito e violento, que prejudicou a honra e a imagem dos produtores rurais", afirmou Kátia Abreu, em entrevista coletiva.

Na avaliação da senadora, as declarações do ministro mostram que ele não tem condições de exercer o cargo de ministro de Estado. "Agora queremos que a justiça possa corrigir esses rumos e punir este cidadão, que se comportou com falta de ética e irresponsabilidade", disse a presidente da CNA. No caso da denúncia protocolada na PGR, a entidade pede que a denúncia seja apresentada ao Supremo Tribunal Federal (STF), por crime de responsabilidade (Lei 1.079/50). Kátia Abreu também disse que esperava mais pulso por parte do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em razão das atitudes de Carlos Minc contra o setor agropecuário. "Entendo que um ministro com esta atitude, não tem preparo e não deveria estar no posto que ocupa", frisou.

MP que regulariza terras na Amazônia não será alterada no Senado, diz Kátia Abreu – Sítio Eletrônico da CNA – 02/06/2009

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, anunciou hoje (2/6) que a Medida Provisória (MP) nº 458, da qual é relatora e que trata da regularização fundiária de áreas da União na Amazônia, não será alterada no Senado. Em entrevista coletiva, ela justificou o prazo exíguo para apreciação da matéria pela Casa, uma vez que sua validade expira na próxima semana, e destacou os avanços na MP durante sua tramitação na Câmara dos Deputados. "É comum as matérias chegarem ao Senado com prazo curto para apreciação. Mas os pontos positivos do texto são infinitamente maiores em relação à defesa do direito de propriedade. A matéria estava em discussão há mais de 10 anos e há muita insegurança jurídica entre os produtores. Há pontos que precisam ser aprimorados, mas é melhor dar dois passos adiante agora e resolver outras questões no futuro", enfatizou a senadora. A previsão é votar o relatório hoje ou amanhã (3/6). Se aprovada, seguirá para sanção presidencial.

Segundo a senadora, um dos avanços da MP, que prevê dispensa de licitação de imóveis que tenham extensão de até 15 módulos fiscais, desde que não supere 1,5 mil hectares, resolverá 90% dos problemas fundiários na região. "Este é o percentual de propriedades na Amazônia que não têm documento, título definitivo, escritura ou registro. Isso traz uma insegurança jurídica tremenda, dificultando até mesmo as punições por descumprimento da legislação ambiental, da legislação trabalhista. Com estas terras tituladas, o produtor certamente passará a ter mais responsabilidade sobre o cumprimento das leis", destacou a senadora, acrescentando que a medida contemplará 300 mil posses em 60 milhões de hectares. Outro tópico positivo, na sua avaliação, é indenização do valor das benfeitorias no caso de descumprimento da legislação. "Foi um ponto acertado, pois antes o produtor não recebia nada", frisou.

Contudo, Kátia Abreu ressaltou que há questões pendentes que devem ser objeto de debate no futuro. Uma delas é a titulação, sem licitação, de imóveis com dimensão entre 1,5 mil e 2,5 mil hectares. "A MP dificultou a regularização nestas situações, o que fere do direito de propriedade. Não se trata de compra ou venda. Queremos que eles também fiquem regularizados, porque as terras são deles", enfatizou. Outro ponto citado, que faltou no texto, foi a falta de definição do valor a ser pago pelo produtor para ter o título da terra, no caso da propriedades entre 4 e 15 módulos fiscais. "Isso é temerário, pois não sabemos os valores que serão cobrados. Este valor deveria ser simbólico. Mais uma vez, falamos de regularização, não de compra ou venda. Em Tocantins, há uma lei estadual que fixou um valor de R$ 3 a R$ 5 por hectare", argumentou.

A senadora atacou também o fato de a MP não beneficiar os produtores enquadrados como Pessoas Jurídicas (PJ) no processo de regularização. Pela matéria, a PJ

tem preferência, mas precisa participar de licitação. “A PJ representa a profissionalização de qualquer atividade, mas aqui no Brasil o PJ é considerado criminoso, significa riqueza e não precisa de título. Não podemos permitir esta visão. Se eu tenho direito, eu quero meu documento. Vamos relativizar o direito de propriedade porque o cidadão é PJ? Eu sou louca para ser”, disse Kátia Abreu. Outra pendência que precisa de solução, na avaliação da presidente da CNA, é a exploração indireta da terra, o que não está previsto na MP 458. “Se eu fiz um esforço para comprar um apartamento, o apartamento é meu e eu não posso alugar? Um imóvel rural é a mesma coisa. Ele é meu e eu não posso explorar indiretamente?”, questionou ela.

Kátia Abreu deixou claro que a intenção de se regularizar a situação fundiária na Amazônia é beneficiar aqueles que ocuparam as terras da União de boa fé, de forma mansa e pacífica. “Não estamos falando de grileiros e de outros que utilizam documentos falsos para ter o título do imóvel. Este não é o público que defendemos”, afirmou.

Assessoria de Comunicação CNA
(61) 2109 1411
www.canaldoprodutor.com.br

Procuradoria pede indenização de pecuaristas por desmatamento – João Carlos Magalhães – Folha de Sào Paulo – Brasil – 02/06/2009

Órgão quer compensação de R$ 2 bi por danos; citados dizem que seguem a lei

O Ministério Público Federal no Pará ajuizou ontem um pacote de ações pedindo uma indenização total de R$ 2,1 bilhões de pecuaristas e frigoríficos que comercializaram animais criados em fazendas desmatadas ilegalmente.

São 21 ações civis públicas, que visam reparar o suposto dano ambiental. Cada uma delas se refere a uma área diferente, a maior parte delas espalhada pelo sudeste do Estado. Juntas, têm 157,1 mil hectares de mata derrubada sem autorização, extensão pouco maior do que a da cidade de São Paulo.

Nove delas são da Agropecuária Santa Bárbara Xinguara, ligada ao grupo Opportunity, do banqueiro Daniel Dantas.

Dentre os outros proprietários, estão Léo Andrade Gomes, listado pelo Ministério do Meio Ambiente no ano passado como a pessoa física que mais destruiu a floresta no país.

O frigorífico Bertin, o segundo maior do país, também é processado, assim como ao menos outros dez. Para a Procuradoria, ele também negociava gado criado em terra indígena em São Félix do Xingu (PA).

O órgão também recomendou a 69 empresas, que seriam clientes dos frigoríficos, que parem de comercializar com eles. Dentre elas, estão gigantes varejistas como Pão de Açúcar, Wal-Mart, Carrefour. A Perdigão também foi apontada como compradora.

Se continuarem como clientes, serão consideradas coautoras dos crimes ambientais e podem responder a processos.

Além disso, o Ministério Público quer que elas passem a dizer, nos rótulos dos produtos vendidos, que eles foram feitos a partir de bois da Amazônia.

Todas as fazendas estão hoje embargadas -ou seja, não podem produzir nada sem antes sanar seu passivo ambiental.

Das 20, apenas 4 tinham licença ambiental da Sema (Secretaria Estadual do Meio Ambiente) para a criação de gado, segundo a Procuradoria.

A Agropecuária Santa Bárbara Xinguara não quis se pronunciar ontem sobre as ações. Em outras oportunidades, disse que segue a legislação ambiental e não destrói a floresta.

O frigorífico Bertin disse que soube da ação ontem e que irá se manifestar após analisá-la.

O Carrefour informou que os produtos que comercializa são de contratos que seguem "as formalidades legais, exigidas pelas entidades reguladoras".

O Grupo Pão de Açúcar afirmou que mantém ações para coibir o comércio de produtos de "cadeias produtivas da pecuária que não cumpram legislações". Já o Wal-Mart disse desconhecer a recomendação da Procuradoria. A Perdigão também informou que não havia sido notificada.

A reportagem não conseguiu localizar Léo Andrade Gomes.

Colaborou **MATHEUS PICHONELLI**, da Agência Folha

Kátia Abreu rebate ministro que chamou produtores de "vigaristas" e diz que ele é "alienado da economia" – Sítio Eletrônico da CNA – 03/06/2009

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO) rebateu com veemência, em discurso ontem à noite no Plenário, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, que, no final de semana, chamou os produtores rurais de "vigaristas". Para a senadora, o ministro "é um alienado da economia nacional" e está irritado porque ela, relatora da Medida Provisória 458/09, pretende modificar a proposta que regulariza a venda de terras da União na Amazônia.

A senadora recebeu o apoio de 15 senadores, em apartes. O ministro só foi defendido pelos senadores João Pedro (PT-AM) e Eduardo Suplicy (PT-SP), os quais disseram que o ministro havia pedido desculpas.

- Esses 'vigaristas' dão um terço dos empregos do Brasil. Esses 'vigaristas' são responsáveis por um terço das exportações brasileiras. Esses 'vigaristas' fazem o setor que mantém a balança comercial do Brasil com um superávit de 26 bilhões de dólares. O Brasil pode viver muito bem sem o senhor, mas o Brasil sentirá muito se perder os seus produtores rurais - disse.

Kátia Abreu tachou o ministro Carlos Minc de "ecoxiita" e afirmou que os produtores, "que ficaram acuados pelos ecologistas nos últimos 13 anos, não vão mais aceitar isso" e agora querem discutir a legislação ambiental. Para ela, os produtores não vão mais aceitar que "meia dúzia de ecologistas" dominem o debate ambiental no país.

A senadora disse que o ministro, que levou o presidente Lula a assinar um decreto com exigências ambientais rigorosas para os proprietários rurais, acabou por unir os produtores, "grandes e pequenos", contra a política imposta pelos ambientalistas. Ela disse que os produtores aceitam reflorestar as margens dos riachos e rios, mas não com as exigências do Ministério do Meio Ambiente, e sim com base em recomendações científicas da Embrapa.

A senadora também criticou pesadamente a organização não governamental (ONG) Greenpeace por suas ações no Brasil. Ela perguntou por que a entidade não luta para que a Europa faça o replantio de suas florestas, que hoje, afirmou, representam apenas 0,3% de sua cobertura florestal original. Lembrou que o Brasil mantém 51% de sua cobertura florestal e nunca viu o Greenpeace fazer um elogio aos brasileiros por isso.

- Ao contrário, eles nos tratam com deboche, nos dão 'prêmio motosserra' - acrescentou, lembrando que a Holanda, sede da ONG, emite 20 toneladas de carbono por pessoa/ano, enquanto no Brasil a emissão é de apenas duas toneladas. "Por que o Greenpeace não interfere lá?", completou.

- Meio ambiente não é religião, não é dogma, não é reserva de mercado. Não concordaremos mais com o autoritarismo ambiental - afirmou. Kátia Abreu lembrou que, a pedido do presidente Lula, a Embrapa Satélite fez um estudo e concluiu que, se for rigorosamente aplicada a legislação ambiental, 71% do território brasileiro não poderiam ser cultivados.

Ao final, depois dos elogios dos senadores que a apartearam, a senadora disse que o ministro Carlos Minc "fechou o diálogo por sua arrogância e injustiça". Afirmou que, no

final, "não serão vencedores o ministro e seus seguidores e nem os produtores, mas sim os brasileiros".

A senadora, também presidente da Confederação Nacional da Agricultura, havia protocolado pela manhã, na Procuradoria Geral da República, uma denúncia contra o ministro Carlos Minc por crime de responsabilidade, por suas ofensas aos agricultores. Ela também encaminhou à Comissão de Ética Pública da Presidência da República um pedido de demissão do ministro.

Agência Senado

Desmatamento, não Produção, sim – Sítio Eletrônico da CNA – 03/06/2009

Proponho que o artigo 1º do novo Código Florestal seja explícito e taxativo: "Não será permitida nenhuma derrubada florestal em todo o território nacional, sendo garantida a preservação das matas ciliares (margens dos rios, córregos, nascentes e lagoas) nos limites fixados por laudos geológicos, contra os riscos de erosão e prejuízos aos aquíferos."

Naturalmente, essa redação é improvisada e o texto adotado deverá atender a exigências tanto ambientais quanto de técnica jurídica, mas o espírito é esse. Que seja uma declaração prévia do compromisso da agropecuária com a defesa do meio ambiente e, ao mesmo tempo, a garantia de segurança jurídica para quem produz no campo.

Antigamente, quando as leis eram mais eficazes e literariamente enxutas, essas afirmações peremptórias constavam dos famosos parágrafos que radicalizam a intenção dos legisladores. Ou alguém neste país já esqueceu o professor Sobral Pinto no inesquecível comício das Diretas-Já, em 1984, no Rio - 1 milhão de pessoas na Candelária! -, recitando solenemente o § 1º do artigo 1º da Constituição: "Todo poder emana do povo e em seu nome será exercido"?

Citando um só parágrafo, o notável advogado liberal derrotava, com o argumento moral, a arrogância do regime militar, que depois de 20 anos de poder absoluto se rendia à força da citação singela e suficiente. Pois procuro algo semelhante. Um artigo 1º para o futuro Código Florestal que não deixe dúvidas, seja taxativo, satisfaça todas as exigências, dirima todas as suspeitas, desarme os ânimos mais exaltados. Mas, ao mesmo tempo, possibilite uma afirmação da consciência ecológica do povo brasileiro, solidária com o clamor de toda a humanidade. Sem, naturalmente, perder-se no labirinto de utopias que se desviam da realidade econômica e social, perseguindo propostas irrealistas.

Não sei se sou pouco original nessa discussão nem quero reviver antigos desencontros pelos quais não fui responsável, mas parto de três entendimentos que se harmonizam e se completam para ajudar a construir uma solução de compromisso nova na forma e no conteúdo, em nome da agropecuária brasileira. O primeiro princípio é óbvio: a defesa intransigente do meio ambiente, considerando que a civilização acordou com bastante atraso para sua preservação, quase no limite do risco irreversível. Portanto, temos uma questão de salvação pública, um imperativo da condição humana.

O segundo é a realidade histórica, prática milenar na vida do planeta, quando o homem se comportou perdulariamente com relação à natureza, substituindo sua cobertura natural, irreversivelmente, como se fosse um bem inesgotável. Imagine-se que na velha Europa desapareceram 99,7% das florestas, 92,2% na pobre África, 94,4% na Ásia, 92,3% na América Central. No caso brasileiro, o desmatamento de 25% a 30% das florestas, restando ainda aproximadamente 470 milhões de hectares de matas, criou um estoque de terras para plantio e criação de 383 milhões de hectares suficientes, dispensando definitivamente novos desmatamentos.

A terceira questão que se apresenta é a produção agropecuária, especialmente de alimentos, item tão importante quanto a preservação ambiental, desde que a terra seja trabalhada com consciência ecológica e obedecendo aos padrões científicos e tecnológicos da preservação. Como no caso, por exemplo, das áreas de preservação permanente das margens dos rios, que devem ter a largura determinada pelo declive e pela profundidade da cobertura arenosa ou argilosa do solo. Pela legislação atual, sem nenhum fundamento pedológico, está estabelecida por uma tabela rígida e irrealista (tanto que teve suspensa sua aplicação, por inaplicável) de 100, 200 e 500 metros às margens dos cursos d?água em que é proibido plantar, em todo território nacional. O critério desse espaço é definido pela largura do espelho d?água, sem considerar a questão essencial do solo e declive, como ensinam os pesquisadores da Embrapa. Ou a Embrapa pode ser acusada de conspiração contra o meio ambiente?

Assumindo a responsabilidade de 24% do PIB e, além de abastecer o mercado interno, gerar 36% das exportações totais (US$ 58,4 bilhões), a agropecuária nacional não é uma aventura marginal nem uma força reacionária no processo social brasileiro, tem um papel de vanguarda na economia. Assim, deve ser reconhecida como protagonista essencial num debate que tem que ver com alguns de seus temas fundamentais - a preservação e vitalidade do solo, bem como da qualidade das águas -, que certamente nenhum outro grupo debatedor tem mais motivações para defender.

Um estatuto ambiental equilibrado, eficiente e prático é indispensável à segurança jurídica da atividade agropecuária e à sua própria responsabilização perante a sociedade. Tal segurança e responsabilização, porém, tornam-se inviáveis se mantida a legislação

vigente, impossível de ser cumprida, pois impede a produção de alimentos em 71% do território nacional. Isso num país onde, infelizmente, 23 milhões de pessoas ainda passam fome, segundo dados da ONU.

A saída, portanto, ao alcance de um gesto de boa vontade geral, sem ranhetices, preconceitos ou radicalismos, é buscar o consenso e a aplicação de soluções simples, como a do artigo 24 da Constituição, que estabelece a competência da União para fixar as normas gerais (e a aprovação de um novo Código Florestal moderno e vigoroso é a oportunidade perfeita para isso) e os Estados se encarregarão de aplicá-lo conforme as situações regionais específicas.

Aliás, é hora de quebrar o monopólio usurpado por um grupo de falsos anjos da natureza que pretende decidir o que pode e não pode em matéria de meio ambiente, recusando verdades científicas e laudos insuspeitos da Embrapa, referência essencial do desenvolvimento sustentado da agropecuária brasileira. A Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA), que presido, dispensa quem investe no confronto e insiste no diálogo para ajudar a construir um Brasil com mais comida, meio ambiente, diversão e arte.

Fonte: opinião da Senadora Kátia Abreu publicada dia 03/06/09 no Jornal Estadão

Minc troca farpas com a senadora Kátia Abreu – Estado de São Paulo – Nacional – 03/06/2009

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO), que também é presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), protocolou ontem, na Comissão de Ética Pública da Presidência da República e na Procuradoria Geral da República, denúncia contra o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, por crime de responsabilidade. A senadora quer que o ministro seja demitido e punido por declarações feitas na semana passada, quando usou o termo "vigaristas" ao se referir aos ruralistas.

Ao comentar a iniciativa, Minc voltou ao ataque. "Quanto a pedir minha destituição, um pequeno problema, porque o presidente do Brasil é o presidente Lula. Se fosse a Kátia Abreu, a gente não teria o Bolsa-Família, mas a Bolsa-Latifúndio." Diante da declarações, a senadora reagiu: "As palavras do ministro não merecem resposta".

Nos documentos, encaminhados ontem, Kátia Abreu argumentou que o ministro teria faltado com a dignidade e o decoro que o cargo requer ao ofender os ruralistas. "Não vamos aceitar mais nada passivamente. Vamos tentar recuperar a honra e a imagem dos

produtores, que foram afetadas por meio das palavras grosseiras do ministro do Meio Ambiente disse", afirmou.

A senadora e líder ruralista também disse que esperava uma atitude mais firme do presidente Luiz Inácio Lula da Silva diante do fato. "Se fosse eu, o demitiria", disse. "O presidente não pode permitir que seus ministros ataquem qualquer categoria, qualquer cidadão. Isso é preconceito. E preconceito é crime. Por que, quando é contra produtores, não é crime?"

Para Kátia, as declarações de Minc puseram um ponto final em qualquer possibilidade de diálogo entre os ruralistas e o ministro.

A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Mato Grosso também reagiu. A diretoria da entidade encaminhou ofício ao presidente da República pedindo o "afastamento imediato" do ministro.

O ofício classifica como "infeliz e leviana" a declaração de Minc e afirma que o ruralista brasileiro é "o responsável pela produção de alimentos e pela geração de excedentes exportáveis que têm servido de suporte para toda a política econômica deste país".

Do outro lado, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) divulgou ontem nota de apoio ao ministro. De acordo com a nota, Minc estaria sendo "duramente golpeado por setores econômicos e forças políticas que nunca assumiram compromissos com o desenvolvimento rural sustentável, com base na justiça social e na preservação ambiental".

Indagada sobre o confronto entre Minc e os ruralistas e com o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, a senadora Marina Silva (PT-AC), que já dirigiu o Ministério do Meio Ambiente, observou que essas tensões são históricas. "A mentalidade do Ministério da Agricultura é a de contrapor meio ambiente e agricultura", afirmou. Colaborou Jose Maria Tomazela

Juiz afasta superintendente do Incra em SP - José Eduardo Rondon e Cristiano Machado – Folha de São Paulo – Brasil – 03/06/2009

Procuradoria apontou problemas em convênio do órgão com cooperativa do MST no Pontal do Paranapanema; cabe recurso

Justiça vê irregularidades no contrato que previa repasse de R$ 191,1 mil à Cocamp; Incra afirma que processo não transitou em julgado

A Justiça Federal determinou o afastamento do superintendente regional do Incra em São Paulo, Raimundo Pires Silva, por improbidade administrativa. Outros três funcionários do órgão e dois membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra também foram condenados pelo juiz da 2ª Vara Federal de Presidente Prudente (SP), Newton José Falcão. Cabe recurso.

A sentença do magistrado se baseia numa ação do Ministério Público Federal de agosto de 2003, que apontou irregularidades no convênio que previa repasse de R$ 191,1 mil para a Cocamp (Cooperativa dos Assentados da Reforma Agrária do Pontal do Paranapanema), cooperativa do MST localizada em Teodoro Sampaio (SP).

Por suspeitas de irregularidades, a cooperativa teve suas contas bloqueadas e não pôde operar. A verba de R$ 191,1 mil foi anunciada pelo então ministro Miguel Rossetto (Desenvolvimento Agrário), em visita à Cocamp, em 2003. À época, a Justiça impediu a liberação do dinheiro destinado ao término do complexo agroindustrial da cooperativa. A Cocamp já recebeu mais de R$ 8,5 milhões em verbas públicas desde 1998, mas nunca chegou a operar.

Criada nos anos 90, ela também foi acusada de cobrar taxas ilegais dos assentados e desviar recursos para dirigentes do MST, como José Rainha Jr., que contesta as acusações.

O juiz ordenou que, além do superintendente regional, outros três funcionários do Incra deixem os cargos. A assessoria do Incra em São Paulo disse que "o processo não está transitado em julgado" e que "foi dada entrada no recurso e está em análise": "Enquanto não transitar em julgado, a decisão não é aplicada". A Folha não localizou o superintendente.

Os sem-terra Neuza Paviato Botelho e José Aparecido Gomes Maia terão suspensos os direitos políticos por três anos e serão proibidos, no mesmo período, de contratar ou receber benefícios fiscais ou verbas públicas. A reportagem não localizou os dois. A assessoria do MST não havia comentado o caso até as 19h30. A assessoria da Cocamp não foi localizada.

Senado vota regularização de terras; ecologistas protestam – Sítio eletrônico da CNA – 04/06/2009

Autora: Marta Salomon
Jornal Folha de São Paulo

Até o final do mês, o governo começará a cadastrar os atuais ocupantes de uma área de 67,4 milhões de hectares de terras públicas da União na Amazônia -equivalente aos territórios de Alemanha e Itália somados-, para doação ou venda sem licitação, até o limite de 1.500 hectares. As regras do processo acelerado de regularização fundiária foram aprovadas ontem pelo Senado e seguem para a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O texto final recebe críticas de ambientalistas e ruralistas. A ex-ministra Marina Silva (PT-AC) condenou a transferência de um patrimônio público, cujo valor foi estimado em R$ 70 bilhões, para particulares, inclusive empresas, que poderão revender as terras três anos após a concessão dos títulos, no caso de imóveis médios e grandes. Os pequenos poderão ser vendidos após dez anos.

Já a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), relatora do projeto, defende a cobrança simbólica também para propriedades entre 4 módulos rurais (cerca de 400 hectares) e 1.500 hectares.

Ela chegou a sugerir preço entre R$ 3 e R$ 5 o hectare, como foi feito no Tocantins, mas recuou diante do risco de a medida provisória da regularização fundiária perder a eficácia nos próximos dias, caso a votação não fosse concluída. "Quando as pessoas foram para lá [Amazônia] ninguém queria aquilo nem de graça", alegou.

A votação no Senado foi confusa. Por fim, foram derrubadas as propostas de Marina que impediam a venda dos terrenos no período de dez anos após a regularização, assim como a possibilidade de pessoas que não ocupam diretamente as terras serem beneficiadas.

Ela vai pedir ao presidente Lula o veto à parte do texto. A aprovação foi também uma derrota para o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente), que está em atrito com os ruralistas.

Empresas que ocuparam terras públicas até 2004 também terão direito às propriedades.

Outro dispositivo, criticado pelos ruralistas, prevê a possibilidade de a União retomar o imóvel dez anos após a concessão de título em caso de desmatamento das áreas de preservação permanente ou de abate de árvores além de 20% de desmatamento em cada propriedade.

Segundo cálculos da **CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil)**, uma propriedade de 1.500 hectares no Pará poderá custar R$ 955 mil para os atuais ocupantes.

Já o Ministério do Desenvolvimento Agrário calcula que o hectare custaria de R$ 70 a R$ 1.200, dependendo da sua localização e das condições de acesso à propriedade. O preço será calculado caso a caso, e o prazo de pagamento é de 20 anos.

As regras aprovadas ontem preveem que as posses com até 100 hectares serão doadas. Os imóveis entre 100 e 400 hectares serão vendidos por preço simbólico. A licitação só será exigida nas posses acima de 1.500 hectares. A Constituição proíbe a venda de imóveis da União com mais de 2.500 hectares. Nesse caso, as terras deverão ser retomadas.

Presidente da CNA diz que recuo de Minc não muda posição da entidade – Sítio Eletrônico da CNA – 04/06/2009

Em entrevista coletiva no aeroporto de Curitiba nesta quinta-feira (4/6), a presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, disse não se importar com pedido de desculpas do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. Na semana passada, o ministro, numa manifestação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), se dirigiu aos produtores rurais como vigaristas. A senadora lembrou que a CNA nunca se dirigiu aos ambientalistas com termos como os que Minc usou.

"Ele deveria ter pensado nas palavras antes de falar. Pois as palavras não voltam", disse Kátia Abreu. A senadora até sugeriu alguns termos que poderiam ser usados pelo ministro. "Minc poderia ter nos chamado de fazendeiros truculentos, por causa das ideias divergentes, mas não o que ele disse. Não fica bem uma pessoa, com o cargo que ele tem, falar dessa forma", disse.

Segundo ela, o ministro Carlos Minc recuou no seu discurso contra os produtores rurais quando a senadora denunciou Minc na tribuna do Senado e teve o apoio de outros vinte senadores, que apoiam a causa dos agricultores.

A senadora esta no Paraná para a divulgação do programa CNA em Campo, que tem o objetivo é promover a interiorização do Sistema CNA/SENAR e discutir com os produtores rurais soluções para os problemas do campo. Ela visitará os municípios de Toledo, Campo Mourão e Londrina, onde fará palestras sobre o programa.

'A mim ele não engana', diz Kátia Abreu sobre Minc – Sítio Eletrônico da CNA – 04/06/2009

A presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu (DEM-TO), acusou hoje o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, de ter sido irônico no reconhecimento público de que se excedeu ao chamar os ruralistas de "vigaristas" na semana passada e que iria buscar entendimento com a senadora. "Ele disse que falaria até com os ruralistas. Por que esse 'até'? Não somos criminosos", justificou. Kátia também se mostrou disponível para conversar "a sério" com Minc, "assim que o ministro deixar as ironias e expressões vulgares de lado". "Minc não pode se autoabsolver. A mim ele não engana", disse a senadora em Curitiba, momentos antes de partir para Toledo (PR).

Mais cedo, o ministro fez a seguinte pergunta: "Ora, fiz acordo com a soja, com a cana e com o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, por que não posso fazer com a senadora Katia Abreu, que é muito mais bonita, muito mais simpática e muito mais articulada?". A senadora enfatizou que não é amiga do ministro e que não pretende ser e fez questão de frisar que sua resposta não possui caráter pessoal. "Ele não era assim, ele não me engana", reforçou.

De acordo com a senadora, o melhor era que o assunto se encerrasse, pois, segundo ela, está se "estendendo demais". "Não quero 'fulanizar' o tema, mas mantenho a posição de início até que esse senhor mude de comportamento", afirmou. Katia alega que, como ministro de Estado, Minc age mal não só ao expor o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, como também os demais ministros. Na semana passada, o ministro do Meio Ambiente revelou a jornalistas que, em encontro reservado com o presidente, demonstrou insatisfação em relação a alguns colegas.

Na avaliação da presidente da CNA, a indisposição recente de Minc com alguns colegas e setores nada mais é do que uma estratégia política. "Ele está montando o circo para ganhar a eleição. Está com problemas de eleição no Rio", avaliou. Minc garantiu hoje que ficará no governo Lula como ministro até o final do mandato do presidente, mas, para alguns observadores, ele deve se afastar do cargo para concorrer a eleições no Rio de Janeiro. "Às custas da minha categoria, ele não fará isso. A CNA não se presta a esse papel", concluiu a senadora.

Senado vota regularização de terras; ecologistas protestam – Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 04/06/2009

Senadora Marina Silva condena transferência de terras; MP agora vai à sanção de Lula

Senadora Kátia Abreu (TO), relatora do projeto, defende cobrança de preço simbólico para as propriedades de 400 hectares a 1.500 hectares

Até o final do mês, o governo começará a cadastrar os atuais ocupantes de uma área de 67,4 milhões de hectares de terras públicas da União na Amazônia -equivalente aos territórios de Alemanha e Itália somados-, para doação ou venda sem licitação, até o limite de 1.500 hectares. As regras do processo acelerado de regularização fundiária foram aprovadas ontem pelo Senado e seguem para a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O texto final recebe críticas de ambientalistas e ruralistas. A ex-ministra Marina Silva (PT-AC) condenou a transferência de um patrimônio público, cujo valor foi estimado em R$ 70 bilhões, para particulares, inclusive empresas, que poderão revender as terras três anos após a concessão dos títulos, no caso de imóveis médios e grandes. Os pequenos poderão ser vendidos após dez anos.

Já a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), relatora do projeto, defende a cobrança simbólica também para propriedades entre 4 módulos rurais (cerca de 400 hectares) e 1.500 hectares.

Ela chegou a sugerir preço entre R$ 3 e R$ 5 o hectare, como foi feito no Tocantins, mas recuou diante do risco de a medida provisória da regularização fundiária perder a eficácia nos próximos dias, caso a votação não fosse concluída. "Quando as pessoas foram para lá [Amazônia] ninguém queria aquilo nem de graça", alegou.

A votação no Senado foi confusa. Por fim, foram derrubadas as propostas de Marina que impediam a venda dos terrenos no período de dez anos após a regularização, assim como a possibilidade de pessoas que não ocupam diretamente as terras serem beneficiadas.

Ela vai pedir ao presidente Lula o veto à parte do texto. A aprovação foi também uma derrota para o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente), que está em atrito com os ruralistas.

Empresas que ocuparam terras públicas até 2004 também terão direito às propriedades.

Outro dispositivo, criticado pelos ruralistas, prevê a possibilidade de a União retomar o imóvel dez anos após a concessão de título em caso de desmatamento das áreas de preservação permanente ou de abate de árvores além de 20% de desmatamento em cada propriedade.

Segundo cálculos da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), uma propriedade de 1.500 hectares no Pará poderá custar R$ 955 mil para os atuais ocupantes.

Já o Ministério do Desenvolvimento Agrário calcula que o hectare custaria de R$ 70 a R$ 1.200, dependendo da sua localização e das condições de acesso à propriedade. O preço será calculado caso a caso, e o prazo de pagamento é de 20 anos.

As regras aprovadas ontem preveem que as posses com até 100 hectares serão doadas. Os imóveis entre 100 e 400 hectares serão vendidos por preço simbólico. A licitação só será exigida nas posses acima de 1.500 hectares. A Constituição proíbe a venda de imóveis da União com mais de 2.500 hectares. Nesse caso, as terras deverão ser retomadas.

O governo desconhece quem ocupa uma fatia de pelo menos 36% da Amazônia Legal, correspondente a terras públicas. A situação caótica complica o combate ao desmatamento.

Enquadrado, Minc recua nos ataques aos colegas de governo – Folha de São Paulo – Brasil – 04/06/2009

Ao centro de uma mesa em que comandava outros dez colegas de Esplanada, a ministra Dilma Rousseff (Casa Civil) aproveitou um novo balanço do PAC para presidir uma tentativa de demonstração de sintonia entre os ministros Carlos Minc (Meio Ambiente) e Alfredo Nascimento (Transportes).

Ambos vivem uma disputa em torno dos licenciamentos para projetos de infraestrutura, em especial na BR-319, entre Manaus e Porto Velho, obra que sofre a oposição de Minc no Amazonas, Estado de Alfredo Nascimento.

Nos últimos dias, o primeiro chegou a dizer que os ministros pegavam suas "machadinhas" para ir ao Congresso "esquartejar" a lei ambiental e reclamou de Reinhold Stephanes (Agricultura) e Mangabeira Unger (Assuntos Estratégicos).

"Minhas opiniões são importantes para mim, meus amigos e meus eleitores", disse Minc ao afirmar ter dado licenças para obras das quais discordava.

O ministro já havia mostrado seu novo tom durante o evento: "Estamos agilizando [os licenciamentos] sem perder a ternura e mantendo o rigor", disse.

Antes do início do balanço do PAC, o mal-estar entre Minc e Nascimento teve momentos de tensão. O primeiro procurou conversar com o segundo, fazendo sinal de que desejava cumprimentá-lo. Nascimento recusou o aperto de mão do colega e teria dito que se sentiu ofendido por Minc ter afirmado que ele é amigo de empreiteiras. Minc insistiu em conversar, e Nascimento rejeitou.

Assessores e ministros intervieram para evitar uma briga. Minc disse que a partir daquele momento só teria conversas institucionais com o colega.

No ato, Nascimento adotou um tom conciliatório. "Nós sabemos a importância de preservar o meio ambiente". Sobre a BR-319, disse que não irá "derrubar nenhuma árvore".

Justiça pune dirigente do Incra em SP – Ricardo Galhardo – O Globo – O País – 04/06/2009

Ele foi condenado por improbidade por repasses ilegais de verbas a entidade de sem-terra

SÃO PAULO. Antes de ser condenado à perda do cargo pela Justiça Federal, o superintendente do Incra em São Paulo, Raimundo Pires Silva, tentou por duas vezes fazer repasses ilegais à Cooperativa de Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária no Pontal (Coocamp), ligada ao MST.

As tentativas foram abortadas pela Justiça a pedido do Ministério Público Federal. Anteontem, o juiz Newton José Falcão, da 2ª Vara Federal de Presidente Prudente, mandou suspender o repasse de R$ 191 mil à cooperativa e condenou quatro servidores do Incra, inclusive o superintendente, por improbidade administrativa.

Alvo de diversos inquéritos por irregularidades, entre elas o superfaturamento na compra de caminhões com verba pública, a Coocamp está proibida de receber dinheiro federal.

Apesar disso, em 2003, o então ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, indicado pelos sem-terra, prometeu a liberação de R$ 191 mil para a conclusão das obras na sede da cooperativa, em Teodoro Sampaio. O Incra-SP tentou mandar o dinheiro para a Cooperativa Central da Reforma Agrária (CCA) de São Paulo, que repassaria os valores à Coocamp. O MPF descobriu a manobra e instaurou uma ação civil pública que resultou numa liminar proibindo o repasse.

Um ano depois, apesar da proibição legal, o Incra-SP tentou novamente liberar os R$ 191 mil à Coocamp, desta vez por meio da prefeitura de Teodoro Sampaio, que chegou a aprovar, em 2004, uma lei permitindo o repasse.

Mais uma vez a manobra foi abortada pelo Ministério Público Federal.

— A Coocamp está em situação irregular com Receita Federal, Caixa Econômica Federal e INSS.

Portanto, não pode receber verba pública, direta ou indiretamente — disse o procurador Tito Lívio Seabra.

Nas duas tentativas de repasse, Raimundo Silva era o superintendente do Incra-SP. Ele e os servidores Osvaldo Aly Júnior, Guilherme Cyrino Carvalho e Waldir Dorini foram condenados à perda da função

pública por terem cometido ato de improbidade administrativa.

Além deles, os dirigentes da CCA-SP, Neuza Paviato Botelho, e da Coocamp, José Aparecido Gomes Maia, foram condenados a multa equivalente a um mês de salário e perda dos direitos políticos por três anos.

A direção geral do Incra, em Brasília, não comentou a sentença que determina o afastamento do superintendente em São Paulo. Por meio da assessoria de imprensa, o Incra-SP disse que a decisão é de primeira instância e que Raimundo Silva e os outros servidores vão recorrer da decisão. Enquanto não houver uma decisão definitiva da Justiça, eles continuarão exercendo suas funções normalmente.

O Incra-SP não esclareceu por que insistiu na tentativa de repasse à Coocamp, contrariando a legislação.

A direção da Coocamp não foi localizada para comentar a decisão. José Rainha Jr., líder dos sem-terra no Pontal do Paranapanema, fundador da Coocamp e seu ex-diretor, criticou: — Só posso classificar de perseguição política. O governo do PSDB influencia essas decisões, inclusive minhas condenações.

Denúncias contra a Coocamp existem há dez anos, e até hoje ninguém foi condenado porque não houve desvio. O superintendente do Incra agiu de forma legítima, e conta com nossa solidariedade.

Kátia Abreu: "Reforma Agrária não se faz com invasão" – Sítio Eletrônico da CNA – 05/06/2009

Na seqüência de seu roteiro no CNA em Campo pelo Paraná, a presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, esteve em Londrina no final da tarde desta sexta feira (5/6). Mais de 1500 produtores de 45 municípios do Norte do Paraná, a maioria mulheres, ouviram a senadora no 1º Encontro de Produtores e Produtoras Rurais, realizado no Parque Ney Braga. Foi nesse cenário que ela discursou fazendo um minucioso perfil do agronegócio no país em mais um lançamento do Programa CNA em Campo, que mostra os projetos e ações da Confederação visando aumentar a rentabilidade da atividade agropecuária.

Em um retrato bem elaborado das atividades do agronegócio brasileiro, ela lembrou que o setor é responsável por um terço do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, um terço das exportações e um terço dos empregos no país. Disse que entre os entraves da atividade estão as restrições do crédito e os juros altos. "Não são todos que obtém juros de 6,75% como às vezes é anunciado no lançamento dos Planos de Safra", explicou. Apontou, ainda, o excesso de tributação existente sobre a cadeia de alimentos no Brasil, quando no Reino Unido os alimentos estão isentos, o mesmo ocorrendo em 34 estados dos Estados Unidos.

Da mesma forma, apontou o atraso na área de biotecnologia, que já causou prejuízos ao Brasil na ordem de US$ 3,1bilhões, e a ausência de investimentos em logística (portos, ferrovias, hidrovias e rodovias). Interrompida aplausos várias vezes pelos aplausos da platéia, a presidente da CNA esclareceu que nem a entidade nem os produtores são contra a reforma agrária. "Mas reforma agrária não se faz com invasão. É preciso que a propriedade seja respeitada, quem quiser que as compre e pague", ponderou. Amanhã, a senadora estará em Campo Mourão, também no norte paranaense, onde finaliza a programação do CNA em Campo, acompanhada pelo presidente da Federação da Agricultura do Paraná e 1º Vice-Presidente da CNA, Ágide Meneguette.

ONGs apontam desmonte ambiental – Cristina Amorim - Estado de São Paulo – Nacional - 05/06/2009

Grupo de 22 entidades ambientalistas e movimentos sociais lançou ontem uma nota pública ao que chamam de ?desmonte da política ambiental?. Segundo eles, desde novembro, medidas do Executivo e do Legislativo ?vêm solapando o compromisso político de se construir um modelo de desenvolvimento socialmente justo, ambientalmente adequado e economicamente sustentável?. O estopim foi a aprovação no Senado da Medida Provisória 458, que regulariza as posses na Amazônia.

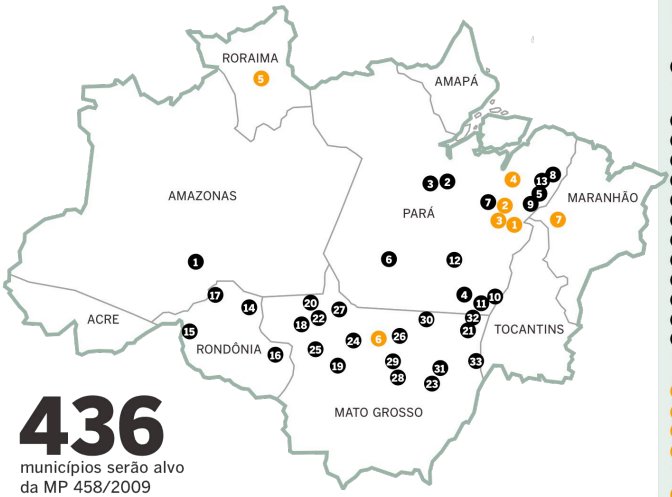
Segundo as entidades, ela ?abriu a possibilidade de se legalizar a situação de uma grande quantidade de grileiros, incentivando, assim, o assalto ao patrimônio público, a concentração fundiária e o avanço do desmatamento ilegal?. O superintendente de Conservação da ONG WWF-Brasil, Cláudio Maretti, afirma que a MP favorece ?quem segue a lógica da derrubada?, não a população tradicional amazônica. ?Ela traz uma visão fundiária equivocada do Sul, de transformação da floresta em pastagem e cultura, não do aproveitamento dos recursos que estão ali.?

Há 196 mil posses inscritas no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), mas apenas 10% são legais. O Ministério do Desenvolvimento Agrário acredita que o número chegue a 300 mil. A nota também critica a tentativa de se suspender a obrigatoriedade do licenciamento ambiental para a ampliação ou a revitalização de rodovias. A questão tem provocado desavenças entre os ministros do Meio Ambiente, Carlos Minc, e dos Transportes, Alfredo Nascimento, e facilitaria a pavimentação da BR-319, que liga Porto Velho e Manaus.

TERRA DE QUEM?

Beneficiados

Os municípios do Arco Verde, que apresentaram taxas altas de desmatamento, serão os primeiros a serem regularizados



436
municípios serão alvo da MP 458/2009

Municípios

Essas cidades são o foco das ações da operação Arco Verde

ORIGINAIS · QUEM ENTROU

AMAZONAS
1 Lábrea

PARÁ
2 Altamira
3 Brasil Novo
4 Cumaru do Norte
5 Dom Eliseu
6 Novo Progresso
7 Novo Repartimento
8 Paragominas
9 Rondon do Pará
10 Santa Maria das Barreiras
11 Santana do Araguaia
12 São Félix do Xingu
13 Ulianópolis

RONDÔNIA
14 Machadinho d'Oeste
15 Nova Mamoré
16 Pimenta Bueno
17 Porto Velho

MATO GROSSO
18 Aripuanã
19 Brasnorte
20 Colniza
21 Confresa
22 Cotriguaçu
23 Gaúcha do Norte
24 Juara
25 Juína
26 Marcelândia
27 Nova Bandeirantes
28 Nova Ubiratã
29 Paranaíta
30 Peixoto Azevedo
31 Querência
32 Vila Rica
33 São Félix de Araguaia

PARÁ
1 Marabá
2 Pacajá
3 Itupiranga
4 Tailândia

RORAIMA
5 Mucajaí

MATO GROSSO
6 Feliz Natal

MARANHÃO
7 Amarante do Maranhão

FONTE: MINISTÉRIOS DO MEIO AMBIENTE E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO — INFOGRÁFICO/AE

Ana Paula Scinocca
BRASÍLIA

Um dia depois de a Medida Provisória 458, que regulamenta a situação fundiária na Amazônia Legal, ter sido aprovada no Senado, a bancada do PT avisou que fará um apelo ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que vete artigos do texto. Ex- ministra do Meio Ambiente, a senadora Marina Silva (PT-AC) enviou ontem mesmo uma carta a Lula, na qual solicita o veto de três artigos. Para ela, da maneira como passou pelo Senado, o texto representa "a legalização da grilagem".

A "MP da grilagem", nas palavras do líder do PT e do bloco de apoio ao governo, senador Aloizio Mercadante (SP), foi aprovada anteontem por 23 votos a 21, após mais de cinco horas de debates. Prestes a perder a validade, a MP passou pelo Senado a toque de caixa, sem nenhuma alteração no texto aprovado pela Câmara. Durante a sessão de votação no Senado, Marina chegou a chorar.

Na carta enviada a Lula, a ex-ministra pede seu veto para os incisos II e IV do artigo 2º, que estabelecem a definição, para efeitos da aplicação da lei, de ocupação indireta e exploração indireta. "Essas formas de ocupação e exploração não devem ser beneficiadas com a regularização fundiária, pois não consideram os critérios de relevante interesse público e da função social da terra", explicou.

Outro veto solicitado é ao artigo 7, que trata da oportunidade de titulação e comercialização de terras em áreas de até 1.500 hectares. Segundo Marina, o artigo "amplia extraordinariamente as possibilidades de legalização de terras griladas, permitindo a transferência de terras da União para pessoas jurídicas, para quem já possuiu outras propriedades rurais e para a ocupação indireta".

Por fim, a ex-ministra pede o veto presidencial para o artigo 13. Diz ele que os requisitos para a regularização fundiária dos imóveis de até quatro módulos fiscais são averiguados por meio de declaração do ocupante. "O Estado não pode abrir mão do instrumento mais importante de controle do processo de regularização fundiária porque não desenvolveu capacidade organizacional para realizar o processo com a segurança exigida pela sociedade", cobrou a senadora.

Segundo dados apresentados pela ex-ministra, a privatização de "67 milhões de hectares da Amazônia equivale à distribuição de patrimônio público equivalente a quase quatro Bancos do Brasil". Os números mostrados por Marina revelam ainda que os mini e pequenos produtores (até 400 hectares) embora somem 81% do total de posseiros, ficarão com 7,8 milhões de hectares e receberão patrimônio público no valor de R$ 8 bilhões.

Já médio e pequenos produtores (de 400 a 1.500 hectares), que são 12% do total, ficarão com 8 milhões de hectares e patrimônio público de R$ 8 bilhões.

Grandes produtores, disse Marina, são 7% do total. "Ficarão com 49 milhões de hectares e receberão patrimônio público de R$ 54 bilhões. Onde está a justiça social?" questionou. ●

FRASES

Marina Silva
Senadora (PT-AC)

"Ficarão (*os grandes produtores*) com 49 milhões de hectares e receberão patrimônio público de R$ 54 bilhões. Onde está a Justiça social?"

"Estou fazendo um apelo ao estadista Lula"

"Essas formas de ocupação e exploração não devem ser beneficiadas com a regularização fundiária"

ONGs denunciam retrocesso ambiental – O Globo – Capa – 05/06/2009

ONGs ambientalistas acusaram o governo federal e o Congresso de promover o desmonte da legislação ambiental. Senadores do PT querem o veto de trechos da MP aprovada anteontem que, segundo eles, estimula a grilagem. O ministro Carlos Minc, em novo ataque

a ruralistas, disse que estão atrás da "picanha do Carlinhos", mas assegurou que fica no cargo. Página 3

O luto dos ambientalistas – Soraya Aggege – O Globo – O País – 05/06/2009

Entidades criticam governo e Congresso por 'desmonte' de proteção ao meio ambiente

SÃO PAULO As principais organizações ambientalistas brasileiras e internacionais divulgaram ontem um manifesto denunciando o o que chamaram de desmonte da estrutura legal e administrativa de proteção ambiental do país. Patrocinado pelo governo federal e pelo Legislativo, o "desmonte" seria provocado pelo chamado "lobby da insustentabilidade".

O Dia Mundial do Meio Ambiente, celebrado hoje, deve ser de luto, segundo as organizações. — O governo e o Congresso só estão olhando para as eleições do ano que vem, enquanto desmontam nossas leis conquistadas a duras penas.

A esquizofrenia da política ambiental brasileira tem crescido ao ritmo da tensão pré-eleitoral — disse o supervisor de Conservação da WWFBrasil, Cláudio Maretti.

As entidades criticam recentes medidas dos poderes Executivo e Legislativo, já aprovadas ou em processo de aprovação, como a medida provisória da Amazônia (MP 458), aprovada anteontem pelo Senado e que, na avaliação das entidades, "privatiza" a floresta. A lista de medidas criticadas começa com a mudança do Decreto 6514, que exigia o cumprimento da legislação florestal, em novembro, cinco meses depois de sua edição.

"Pouco mais de um mês depois, (o governo) revogou uma legislação da década de 1990 que protegia as cavernas brasileiras para colocar em seu lugar um decreto que põe em risco a maior parte de nosso patrimônio espeleológico".

E continua: "Em fevereiro deste ano, uma das medidas mais graves veio à tona: a MP 458, que, a título de regularizar as posses de pequenos agricultores ocupantes de terras públicas federais na Amazônia, abriu a possibilidade de se legalizar a situação de uma grande quantidade de grileiros, incentivando o assalto ao patrimônio público, a concentração fundiária e o avanço do desmatamento ilegal", diz o texto.

— Foram 30 anos de luta pela Amazônia lançados no lixo. Com a nova ofensiva da bancada ruralista, o Senado deu de mão beijada aos grileiros a luta de Chico Mendes, de irmã Dorothy.

Um governo que se diz popular deveria ter vergonha disso — disse Paulo Adário, do Greenpeace.

ONGs: "Motivos político-eleitorais"

O documento aponta que, enquanto a MP 458 era aprovada na Câmara, outra MP (452) trouxe uma regra que acaba com o licenciamento ambiental para ampliação ou revitalização de rodovias, "destruindo um dos principais instrumentos da política ambiental

brasileira e feita sob medida para se possibilitar abrir a BR-319 no coração da Floresta Amazônica, por motivos político-eleitorais".

As organizações afirmam que a bancada ruralista se animou a propor a revogação tácita do Código Florestal, pressionando pela diminuição da reserva legal na Amazônia e pela anistia a todas as ocupações ilegais em áreas de preservação permanente. "Essa movimentação já gerou o seu primeiro produto: a aprovação do Código Ambiental de Santa Catarina, que diminui a proteção às florestas que preservam os rios e encostas, justamente as que, se estivessem conservadas, poderiam ter evitado parte significativa da catástrofe ocorrida no Vale do Itajaí no ano passado".

As entidades não citaram o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, no manifesto. Muitas avaliam que sua demissão seria mais uma vitória dos ruralistas.

Assinaram o texto o Greenpeace, a WWF-Brasil, Amigos da Terra, Conservação Internacional Brasil, o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, Instituto de Estudos Socioeconômicos, Instituto Socioambiental, Instituto Terra Azul, Mater Natura, Rede de ONGs da Mata Atlântica e Sociedade Brasileira de Espeleologia, entre outras.

Regularização começa por local que mais desmata – Marta Salomon – Folha de Sào Paulo – Brasil – 05/06/2009

A regularização fundiária da Amazônia, cujas regras foram aprovadas na noite de anteontem no Senado, começará pelos municípios que registraram os maiores índices de desmatamento na região: 33 deles têm terras públicas da União passíveis de serem doadas ou vendidas aos atuais ocupantes.

Até o final do ano, a meta do governo é cadastrar os ocupantes de 90 mil imóveis, numa extensão de 21 milhões de hectares, maior que o Estado do Paraná. Isso equivale a pouco menos da terça parte do território que o governo pretende regularizar no período de três anos.

Terá direito ao título quem comprovar ter ocupado a terra até dezembro de 2004. Propriedades com até cem hectares serão doadas. As demais, até 1.500 hectares, terão um preço simbólico ou definido com base em tabela do Incra, de R$ 70 a R$ 1.200 por hectare. As propriedades com até 1.500 hectares serão vendidas sem licitação, com prazo de 20 anos para pagar e três anos de carência.

"Vamos checar imóvel por imóvel se não há denúncia de grilagem ou disputa pela terra", disse o coordenador da regularização, Carlos Guedes de Guedes. Ele informou que os históricos de conflito agrário na região serão consultados para evitar que grileiros (portadores de títulos falsificados) sejam beneficiados. É a maior preocupação dos ambientalistas.

Quando não houver problemas, o título poderá ser concedido num prazo de 60 a 120 dias após o cadastramento.

Internet
O governo também usará o microblog Twitter para colher denúncias de posse irregular das terras. Assim como funciona hoje a lista suja do trabalho escravo, o ministério lançará na internet o nome de quem se cadastrou para receber títulos de terras na Amazônia ao lado da localização da propriedade. As denúncias serão analisadas pela Ouvidoria Agrária. Na última semana deste mês, o cadastramento dos ocupantes será iniciado em Porto Velho (RO), Alta Floresta (MT) e Marabá (PA). Em Lábrea (AM), o cadastramento vai começar em julho, por causa das chuvas.
O trabalho pode começar antes da sanção da lei pelo presidente Lula, que deve ocorrer nos próximos dias. Para este ano, o custo previsto da regularização é de R$ 70 milhões. Ontem, o ministro Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário), principal mentor da proposta de regularização fundiária, avaliou que as mudanças feitas pelo Congresso no texto não abalaram os princípios básicos do programa: "Aquele temor de que o Congresso alterasse muito, por pressão da bancada ruralista, não se concretizou. Eram fantasmas". Ele estuda a possibilidade de pedir o veto à venda de terras públicas a pessoas jurídicas. Segundo Cassel, a possibilidade de venda de parte dos imóveis três anos após a regularização "é preferível" à transferência da propriedade por meio de contratos de gaveta.

Mudanças
As alterações feitas pelo Congresso no texto original da MP editada pelo governo no início de fevereiro permitirão a venda das propriedades acima de 400 hectares três anos, em vez de dez, após a concessão do título, e o reconhecimento da ocupação por parte de empresas. A bancada do PT no Senado pedirá que o presidente Lula vete artigos da medida provisória que regulamenta a situação fundiária na Amazônia. A senadora Marina Silva (PT-AC) quer que Lula vete os incisos 2 e 4 do art. 2º, que autorizam a regularização de terras ocupadas por prepostos; o art. 7º, que permite a transferência de terras da União a pessoas jurídicas e a quem já possui outras propriedades rurais; e o art. 13, que dispensa a vistoria prévia. O senador Aloizio Mercadante (SP), líder do partido no Senado, defendeu que a medida deveria garantir a certificação de propriedade somente para quem vive do sustento da terra.

Quem ganha e quem perde – Folha de são Paulo – Brasil – 05/06/2009

Ganha
>> Quem ocupou terras na Amazônia até dezembro de 2004 e que terá direito aos títulos; são cerca de 296 mil imóveis em 436 municípios
>> O governo, porque ganhou instrumentos para regularizar as terras públicas e identificar os ocupantes, o que permitirá combater o desmatamento de forma mais eficaz

>> Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário), principal mentor da proposta aprovada no Congresso com poucas modificações
>> Mangabeira Unger (Assuntos Estratégicos), coordenador do PAS (Plano Amazônia Sustentável), que estabeleceu a regularização fundiária como prioridade para a região
>> Carlos Minc (Meio Ambiente) por ter conseguido evitar a derrubada do dispositivo que permite à União retomar imóveis que desmatarem acima do limite permitido

Perde
>> ONGs ambientalistas, que apontam benefícios a grileiros de terras na Amazônia e tentaram impedir a venda dos imóveis maiores a preços simbólicos e sem licitação
>> Marina Silva, ex-ministra do Meio Ambiente, que não conseguiu alterações para impedir a venda das terras antes de 10 anos e para vetar a concessão a quem não ocupa diretamente a área
>> Ruralistas comandados pela senadora Kátia Abreu (DEM-TO), que não conseguiram impedir exigências ambientais na regularização
>> Mangabeira Unger, que manobrou dentro do governo para conduzir a regularização fundiária, mas não conseguiu tomar a tarefa do Desenvolvimento Agrária

"Estão pedindo meu pobre pescocinho", afirma Minc – Folha de São Paulo – Brasil – 05/06/2009

Kátia Abreu diz que não tem mais "diálogo" com ministro

Com frases de efeito do tipo "estão pedindo meu pobre pescocinho", o ministro Carlos Minc (Meio Ambiente) disse ontem que ficará no cargo e voltou a criticar os ruralistas. Já a senadora Kátia Abreu (DEM-TO) afirmou não ter mais condições, como presidente da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), de dialogar com Minc.
Há duas semanas, o ministro confronta ruralistas a quem chamou de "vigaristas", levando a senadora a pedir sua demissão. "Estão querendo tirar uma picanha do Carlinhos Minc", disse ontem durante audiência pública na Câmara. Apesar das ironias, ele admitiu que se excedeu no episódio.
Kátia Abreu, que estava ontem no Paraná, onde participou de conferências sobre agronegócio, disse que "esse cidadão [Minc] tem preconceito explícito contra nós". "Conosco, o diálogo [com Minc] é praticamente impossível. Minha agenda não tem mais espaço para ele", disse ela. "Ninguém chama ninguém de vigarista à toa."
O ministro resolveu partir para o ataque depois de uma série de derrotas sofridas na queda de braço com setores do governo. Uma importante foi a redução, determinada por Lula, na

taxa de compensação ambiental cobrada de empresas.
Ontem, ele afirmou ter sido enquadrado por Lula ainda na semana passada. "Como ministro obediente em relação ao meu chefe, desde que não seja para dar licença [ambiental] sem cumprir as leis, não farei mais polêmicas públicas com os ministros", disse Minc.
Abreu afirmou que Minc não deve ocupar cargos públicos para defender interesses de uma classe. "O ministro do Meio Ambiente tem que se preocupar com o ambiente e não com os ambientalistas, assim como o ministro Reinhold Stephanes [Agricultura] deve se preocupar com a produção e não com os ruralistas."
Em outro momento, Minc diz que vai procurar Abreu para conversar. "Eu sempre o respeitei. Quem encerrou e fechou as portas foi ele", disse ela.
Minc voltou ontem mesmo ao tom crítico. "O país vive um momento grave e há quem queira estraçalhar a legislação", disse. Segundo o ministro, um "senhor fez um estudo dizendo que o Brasil é uma grande unidade de conservação", sem espaço para agricultura.
"O Ministério do Meio Ambiente refuta esses dados como mentirosos", afirmou. Essa crítica já havia sido feita e, nessa ocasião, Minc disse que "o ministro Stephanes sempre leva [com ele] um senhor que fez" o estudo sobre engessamento.
Stephanes está na Rússia. Sua assessoria informou que faz parte da agenda apresentar estudos ao presidente referentes à sua área e que ele não rebaterá declarações de Minc.
A ministra Dilma Rousseff negou ontem, em São Paulo, que exista uma "briga ambiental" entre integrantes do governo. "Essa briga não existe. São diferentes óticas que todo governo tem. Cada um dá a sua ótica. Agora, tem que haver um entendimento", disse ela.

Colaborou a Reportagem Local

MST: burla sobre burla – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 06/06/2009

Tanto o governo quanto a classe política em geral estão cansados de saber - e ninguém parece estranhar - que o Movimento dos Sem-Terra (MST) se utiliza de cooperativas e entidades com existência legal para receber repasses de verbas governamentais, porque nunca desejou constituir-se oficialmente, regularizar-se, pois isso implicaria ter que submeter-se a fiscalizações - da Receita Federal, dos Tribunais de Contas e de outros órgãos de controle do uso do dinheiro público. Trata-se, no fundo, de uma autêntica - e conhecida - burla. Mas o que muitos ainda não sabiam era da burla praticada por essas entidades "legalizadas" a serviço do MST, das irregularidades por elas cometidas com a indispensável conivência dos agentes do poder público. É a burla sobre burla.
Desde 2003 vieram a público denúncias de malversação de recursos públicos por parte da Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária do Pontal (Cocamp), que é uma dessas entidades "laranjas" do MST. Por tê-la favorecido indevidamente, repassando-lhe verbas de forma irregular - já que havia impedimento de fazê-lo, por suspeitas de desvios detectadas por autoridades -, o

superintendente regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em São Paulo foi afastado por decisão da 2ª Vara da Justiça Federal, em Presidente Prudente.

Segundo o juiz federal Newton José Falcão, em 2003, quando a Cocamp já estava sendo investigada por meio de inquéritos policiais e deixava, comprovadamente, de cumprir suas obrigações legais com órgãos públicos, como a Receita Federal e o INSS, o superintendente regional ainda tentou favorecê-la por meio de um empréstimo feito de forma indireta. Ele aprovou, assinando um convênio, o repasse de R$ 191,1 mil para a Cooperativa Central de Reforma Agrária do Estado de São Paulo (CCA), ligada à Cocamp e ao MST - ampliando, assim, as modalidades de burlas. Na sentença o juiz afirma que o objetivo principal daquele convênio era "repassar à Cocamp o recurso que diretamente ela não poderia receber em razão de inúmeras irregularidades". Também afirma que o superintendente do Incra em São Paulo, Raimundo Pires da Silva - que afastou, com suspensão dos direitos políticos por três anos, por improbidade administrativa -, conhecia essas irregularidades, assim como estava ciente de que o dinheiro iria para a Cocamp. Além de Silva, o juiz condenou três funcionários públicos e dois integrantes do MST envolvidos na operação, determinando ainda que o Incra não faça mais qualquer repasse de verbas para a CCA (que iriam para a Cocamp e, de lá, para o MST).

A ação que resultou nessa sentença foi proposta em 2003 pelo Ministério Público Federal, que investigava a Cocamp. Na ocasião a Justiça acatou o pedido dos procuradores e suspendeu, liminarmente, a transferência de dinheiro para a cooperativa, até que o mérito da ação fosse julgado. "Nós percebemos que havia uma clara tentativa de burlar as restrições legais impostas à Cocamp e propusemos a ação", explicou o procurador federal Tito Livio Seabra, que iniciou o feito. "Além de repassar recursos que indiretamente iriam para a Cocamp, o Incra optou pela forma de convênio, quando deveria ter usado contrato de financiamento" - complementou.

Tratando-se de decisão de primeira instância, os réus ainda podem recorrer, continuando a exercer suas funções até a sentença judicial definitiva. Desde já, no entanto, as autoridades que cuidam da questão da reforma agrária e do relacionamento com os integrantes dos movimentos de sem-terra e assemelhados já ficam judicialmente advertidas de que compactuar com a burla passou a ser uma atividade de risco. O certo seria que o governo exigisse dos movimentos sociais um registro legal, antes de lhes repassar quaisquer recursos públicos. Mas, se isso por algum motivo não for possível, que pelo menos os órgãos públicos federais se recusem, terminantemente, a compactuar com simulacros de legalidade, com disfarces, com burlas à ordem legal - no que o Movimento dos Sem-Terra e os que lhes são assemelhados dispõem de inquestionável expertise.

Lula e a MP da Grilagem – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 07/06/2009

Grileiros e outros espertalhões poderão apropriar-se de milhões de hectares de terras públicas, a custo muito baixo ou até sem custo, se o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não vetar os artigos mais nocivos da Medida Provisória (MP) 458. Essa MP, aprovada na quarta-feira pelo Senado, foi editada com o objetivo oficial de promover a regularização fundiária na Amazônia. Deveria facilitar a legalização da posse de 67,4 milhões de hectares, avaliados em cerca de R$ 70 bilhões. Falhas foram apontadas já no texto original, por facilitar a venda sem licitação de áreas de até 1.500 hectares. Para início de conversa, que tipo de "posseiro" tem capacidade econômica para ocupar produtivamente um terreno dessa extensão?

O projeto poderia ser bem intencionado. A regularização de cerca de 400 mil posses facilitaria a formulação e a execução de políticas de desenvolvimento econômico e de preservação ambiental para uma ampla região. Mas era cheio de falhas e deixava espaço para a ação de especuladores e grileiros sem o mínimo interesse na solução combinada de graves problemas sociais, econômicos e ambientais da Região Amazônica.

A discussão aberta desde o início da tramitação da MP no Congresso foi politicamente inútil. Parlamentares conseguiram piorar o projeto, ampliando o espaço para vários tipos de distorções. O documento finalmente aprovado, e agora dependente da sanção presidencial, é uma versão disforme de um texto original defeituoso. Pelo menos nisso, nenhuma novidade. Congressistas brasileiros são conhecidos por seu talento para estragar bons projetos e piorar mesmo os textos muito ruins.

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, e sua antecessora, a senadora Marina Silva, apontaram alguns defeitos muito graves no documento aprovado pelos congressistas, todos derivados de emendas.

Pelo texto aprovado, poderão requerer posse legal pessoas não residentes no município onde se localiza a terra sujeita a regularização. Segundo a senadora Marina Silva, o benefício deveria ser limitado a ocupantes diretos de cada área e sem possibilidade de extensão a pessoas jurídicas. A autorização para pessoas jurídicas participarem do processo também foi acrescentada ao texto por meio de emenda parlamentar.

Segundo a MP original, ocupantes beneficiados com a posse legalizada poderiam vender as terras somente depois de dez anos. Pela versão aprovada, o prazo será reduzido para três anos, no caso das áreas grandes e médias. Com isso, a regularização da posse, por meio de vendas sem licitação, poderá tornar-se um excelente negócio para especuladores fundiários.

Se levar em conta as observações do ministro Carlos Minc e da ex-ministra Marina Silva, o presidente Lula poderá pelo menos eliminar alguns dos piores aspectos da MP convertida em lei. Para isso, teria de assumir uma posição mais clara a favor da conciliação entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental, abandonando a inclinação, demonstrada até agora, a favor do primeiro objetivo. O veto aos piores artigos seria o

primeiro passo para se retomar um tratamento sério do assunto. Depois disso ainda faltaria executar a tarefa imensamente complexa de legalizar 400 mil posses. Mesmo com uma base melhor que o texto sacramentado pelo Congresso, as autoridades terão muito trabalho para avaliar as pretensões dos candidatos à posse regularizada e para evitar fraudes.

As distorções criadas pelas emendas são claras. O presidente não teria de escolher entre opiniões de ambientalistas, invocadas pelo ministro do Meio Ambiente, e interesses defendidos por grupos de fazendeiros.

Se examinasse o assunto de acordo com essa perspectiva, correria o risco de equivocar-se. Não se trata, agora, de resolver conflitos entre ministros, mas de levar em conta o objetivo inicialmente atribuído à MP. Os próprios ministros, ao estabelecer alianças com diferentes grupos de interesses, fragmentam as ações do governo e dificultam a articulação de seus fins. Mas neste caso não parece haver margem para dúvida. Embora o texto original fosse mal formulado e desse espaço a alguns abusos, a intenção, deve-se presumir, não era beneficiar grileiros nem promover a especulação. Se a meta é levar a legalidade à Amazônia, para promover o desenvolvimento equilibrado, o presidente não deve ter dificuldade para decidir os vetos na hora de sancionar a lei.

Último não-índio deixa reserva – Roldão Arruda - Estado de São Paulo – Nacional – 07/06/2009

O último não-índio que ainda resistia na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, capitulou. Na semana passada, o fazendeiro Adolfo Esbell, de 82 anos, conversou com o desembargador Jirair Megarian, encarregado de coordenar a retirada dos não-indígenas do território, e anunciou sua decisão de sair. No próximo domingo, o desembargador, que trabalha em Brasília, irá a Normandia, município onde fica a propriedade de Esbell, na fronteira com a Guiana, para um ato simbólico, no qual o fazendeiro lhe entregará a chave de sua velha casa - onde criou 16 filhos - e receberá em troca um documento confirmando a saída.

Mais do que a desistência de Esbell, o encontro simbolizará a etapa final de uma disputa de 32 anos sobre o controle daquele território, uma área de 1,7 milhão de hectares, onde vivem cerca de 19 mil índios. A disputa acabou em abril, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou a demarcação da área de forma contínua, sem espaço para não-indígenas.

Com a saída de Esbell, fica inteiramente por conta dos índios a administração do território. Seu primeiro desafio será superar as diferenças. Eles estão divididos em cinco etnias, com diferentes graus de aculturamento. Os macuxis, que vivem nas vastas planícies da região, conhecidas como lavrados, são os mais integrados. Organizam-se em torno da criação de gado, em áreas de pequeno, médio e até grande porte. No extremo oposto estão os

ingaricós, moradores isolados das montanhas, na região conhecida como Serra do Sol, de dificílimo acesso e pouca integração com outras culturas. No meio deles situam-se os uapixanas, taurepangs e patamonas.

Os índios também se dividem por tendências políticas e religiosas. As divergências são tantas que já existem oito associações para representá-los.

FEDERAÇÃO

Estimulados pelo desembargador Megarian, eles deram dias atrás o primeiro passo para tentar superar as divergências, com a criação de uma federação, que abriga as associações. O presidente eleito saiu do Conselho Indigenista de Roraima (CIR), a organização mais influente e também a mais próxima da Igreja Católica.

A primeira assembleia da federação está marcada para o dia 25. Um dos temas mais azedos será a definição sobre a ocupação das terras controladas pelos produtores de arroz, obrigados em abril a sair da área. Os índios ainda não sabem o que fazer com os arrozais.

Também devem discutir formas de obter renda para seus projetos de desenvolvimento. De acordo com o presidente do CIR, o macuxi Dionito de Souza, a concessão de áreas para a exploração de minérios é uma alternativa.

"Vamos vigiar para evitar invasões", disse ele. "Mas também precisamos definir o futuro, analisar as propostas que estão sendo feitas, para a construção de um hidrelétrica, a exploração de minérios."

Para o secretário de Assuntos Indígenas de Roraima, o também macuxi Jonas Marcolino, os índios deveriam discutir formas de melhorar a produção rural. "Há uma carência grande de produtos agrícolas no Estado, que aumentou com a paralisação das atividades dos arrozeiros", disse ele. "Os indígenas da Raposa Serra do Sol só produzem para sua subsistência."

Na opinião de Marcolino, que se opôs a demarcação em área contínua, um dos principais problemas será o enfrentamento dos diferentes graus de integração das comunidades. "Os ingaricós vivem semi-isolados e são vítimas de doenças graves. Deveriam ser integrados, mas existem líderes indígenas e ONGs que defendem o isolamento."

Os índios devem explorar a área coletivamente. Esse foi, aliás, o motivo que levou Esbell a desistir de vez de sua fazenda de 320 hectares.

Por causa da idade, do fato de ter nascido ali e de um distante parentesco indígena, ele estudava com Megarian sua permanência em Normandia. Desistiu quando os índios

deixaram claro que teria que se sujeitar à nova forma de organização.

Ele irá para uma área do mesmo tamanho, cedida pelo Estado, no município de Bonfim. Segundo um de seus netos, Frank Gilliar, ele a mulher estão muito tristes. "Eu também ficaria, se tivesse que sair do lugar onde passei a vida inteira", disse.

Relator mira MST e prefeituras do PT – Leandro Colon - Estado de São Paulo – Nacional – 08/06/2009

A oposição decidiu focar o início dos trabalhos na relatoria da CPI das ONGs em entidades ligadas a prefeituras do PT e ao Movimento dos Sem-Terra (MST). Novo relator da comissão, o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), pretende apresentar amanhã proposta que inclui a quebra de sigilo bancário da Intercorp Consultoria e da Camarero e Camarero Consultoria, empresas suspeitas de irregularidades na prestação de serviços a prefeituras petistas, incluindo São Paulo, na gestão Marta Suplicy (PT), Nova Iguaçu, Recife e Fortaleza.

Os serviços foram prestados pela Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos (Finatec). Luís Lima, um dos sócios da Intercorp e da Camarero, já foi consultor do PT na Prefeitura de Porto Alegre.

Um relatório preparado por Virgílio pedirá ainda a investigação e a abertura de sigilo de cooperativas ligadas ao MST que receberam R$ 44 milhões do governo em seis anos. Aparecem no cronograma as cooperativas dos trabalhadores de reforma agrária de Santa Catarina e de São Paulo. Na sessão de amanhã, o líder do PSDB fará um discurso apontando o que não foi feito pela comissão até agora e o que deve ser realizado até fevereiro de 2010, prazo final dos trabalhos.

RESISTÊNCIA

A oposição sabe que terá dificuldades em aprovar esses requerimentos. Em maioria na CPI, a base do governo tem levantado obstáculos às investigações que atinjam essas entidades. A estratégia dos tucanos é conseguir uma trincheira de negociação para acelerar a instalação da CPI da Petrobrás ou, caso contrário, transformar a da ONGs em palco de resistência, pelo menos no discurso, ao Planalto.

Em seu relatório, Virgílio pedirá, por exemplo, que a CPI convoque Aldenira da Conceição Sena para depor. Vice-presidente do PT baiano, ela é ligada a uma entidade que recebeu R$ 1,4 milhão da Petrobrás.

O Planalto não esconde a preocupação com a CPI, admitindo que ela pode se transformar em arma da oposição no Congresso. O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), tentará amanhã retirar a relatoria de Virgílio. Um questionamento acusando a oposição de quebrar acordo já foi apresentado à Mesa Diretora. Jucá vincula a instalação da CPI da Petrobrás à saída de Virgílio do posto.

O tucano avisa que não tem acordo em troca da CPI da Petrobrás. "Já deixei claro que não existe moeda de troca. Não faço esse jogo", reagiu.

Regularização fundiária acirra embate – Pedro Dias Leite – Folha de são Paulo – Brasil – 08/06/2009

ONG afirma que norma vai aumentar a migração para a Amazônia, e ruralista diz que ela vai acabar com a "bagunça'

Texto recém-aprovado pelo Senado aguarda sanção de Lula; objetivo é regularizar 67,4 milhões de hectares ocupados de forma ilegal

Uma das medidas mais significativas, e polêmicas, dos últimos anos na área ambiental, a aprovação pelo Senado de uma medida provisória de regularização fundiária da Amazônia acirrou ainda mais o debate entre ambientalistas e ruralistas.

A medida foi aprovada pelo Senado na quinta-feira passada e agora espera a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para entrar em vigor.

O texto prevê a doação de terras até 100 hectares, uma cobrança simbólica para as propriedades até 400 hectares e a venda das que têm até 1.500 hectares para os proprietários que já estavam lá até 2004.

O objetivo é regularizar 67,4 milhões de hectares de terras públicas ocupadas ilegalmente na Amazônia, área equivalente à Alemanha e à Itália, juntas. Ambientalistas e ruralistas reconhecem a necessidade de legalizar a situação dessas terras, mas há discordância sobre como fazê-lo.

De um lado, ambientalistas dizem que a medida do governo, da maneira como foi aprovada, vai provocar uma leva de ocupação ilegal, de proprietários e empresas em busca de terras à espera de uma nova rodada de legalizações.

O pesquisador-sênior Paulo Barreto, do Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia), afirma: "O que vai soar para quem está fora da Amazônia é que

estão doando terra, o que vai incentivar mais gente vindo para cá, para conseguir isso, o que só vai piorar. Um subsídio como esse estimula o desmatamento".

Do outro, proprietários elogiam o texto e dizem que vai acabar com a "bagunça". O presidente da Sociedade Rural Brasileira, Cesário Ramalho da Silva, afirma que a MP vai abrir caminho para uma moratória de cinco anos no desmatamento da Amazônia. Segundo ele, a ideia em negociação é não derrubar nenhuma árvore nos próximos cinco anos, para avaliar a situação.

"ONGs querem desmoralizar as autoridades" – Folha de São Paulo – Brasil – 08/06/2009

Cesário Ramalho da Silva, da SRB, diz que quem é contra a MP quer "desmoralizar as autoridades" e rebate a crítica de que a medida estimularia ocupações ilegais.

FOLHA - Essa MP tem sido criticada por entidades de defesa ambiental.
CESÁRIO RAMALHO DA SILVA - Existe um processo para não melhorar as coisas, de destruição de qualquer medida que o governo queira tomar. Nós produtores estamos fechando, para tentar ajudar nessas negociações, que não se derrube uma árvore mais na Amazônia. Isso é uma coisa que temos bastante consenso. É coisa muito positiva.

FOLHA - Um dos argumentos de quem critica é que essa medida é um convite para que as pessoas irão mais à Amazônia, o que pioraria o desmatamento.
CESÁRIO - É proibido. O governo tem de fiscalizar. É contra a lei. Então não podemos, porque não conseguimos fazer cumprir uma lei, vamos ser contra uma lei moralizadora? Não podemos mais conviver com essas coisas, temos de enfrentar. Medida positiva, construtiva, verdadeira. Vamos dizer que aquela área num determinado lugar é sua. Ele vai ser o responsável, vai estar identificado e tem de cumprir as leis. É uma projeção natural, tão lógica, tão óbvia, temos de cair na normalidade, numa rotina. Essas pessoas, inclusive a senadora Marina, veem nisso outras coisas, têm medo do além.

FOLHA - O senhor então considera infundada essa acusação das ONGs de "desmonte"?
CESÁRIO - Eles querem desmoralizar as autoridades. O governo é bem intencionado, todo mundo, até o nosso incrível Minc.

FOLHA - Mas o senhor acha que a medida desestimularia as pessoas a ir para a Amazônia?
CESÁRIO - Não, eu acho que as pessoas que estão lá têm de ser identificadas. Agora, quem

faz cumprir a lei é o governo. Nós vamos ter de cobrar do governo coerência, firmeza e determinação na execução de suas leis. Acho que não exista a possibilidade de aumentar. No paralelo, estamos trabalhando para que não se faça mais derrubada no bioma Amazônico. Somos a favor disso.

FOLHA - O senhor é a favor do desmatamento zero?
CESÁRIO - Sim. Admiro as pessoas serem contra a legalização das coisas. É irreversível tirar as pessoas de lá. Então vamos legalizá-los e, em contrapartida, negociar o desmatamento zero. A MP é importante para isso, ela abre o caminho.

FOLHA - Mas dá para conciliar isso com a atividade agropecuária?
CESÁRIO - Dá. Nós vamos pedir uns cinco anos, não é definitiva. Pelo menos cinco anos temos de fazer para tomarmos conhecimento, amadurecermos, conhecermos a real situação das coisas. Nós estamos pleiteando o desmatamento zero no bioma Amazônico por cinco anos.

FOLHA - Tem uma crítica de que essa MP foi idealizada para beneficiar os pequenos proprietários e acabou por beneficiar também os grandes e as empresas.
CESÁRIO - Nesse momento, ela vai fazer mais por proprietários de até 1.500 hectares, esse indivíduo não é pequeno em São Paulo, mas é pequeno na Amazônia.

"Está todo mundo se esfaqueando em praça pública" – Folha de São Paulo – Brasil – 08/06/2009

Na avaliação de Paulo Barreto, do Imazon, a falta de liderança do presidente Lula nas discussões sobre o tema leva os envolvidos a se "esfaquear em praça pública".

★

FOLHA - Qual é o problema da MP?
PAULO BARRETO - São vários. Um deles é o subsídio dado a quem ocupa terras. Ela doa terras para quem ocupou até 100 hectares (cada hectare equivale a 10 mil m2). Entre 100 e 400 hectares, prevê a venda por um preço simbólico. A lógica é estranha: se ocupou faz tempo, tem direito a desconto. Se está ocupando terra pública de graça, já ganhou bastante dinheiro, a lógica seria pagar mais.
Embora a lei diga que isso é válido para quem ocupou até dezembro de 2004, quando isso ficar mais popularmente conhecido, o que vai soar para quem está fora da Amazônia é que

estão doando terra, o que vai incentivar mais gente vindo para cá, o que só vai piorar o desmatamento.
Além disso, a MP acaba desestimulando quem já desmatou área em outras regiões a investir no aumento da produtividade das áreas.
Quando você quer aumentar a produtividade de uma área, tem um custo. Isso fica caro em comparação com migrar para outra área e desmatar.
Quanto mais você facilita a ocupação, mais barato fica desmatar sem investir no aumento da produtividade.

FOLHA - Mas o fato de legalizar a terra não torna mais fácil a fiscalização do poder público?
BARRETO - A maioria que está falando mal dessa regra [da MP] é a favor da regularização. Agora, tem de ser feita com critérios que facilitem isso, sem subsídio.
Outra coisa é que essa MP permite a regularização para aqueles que ocupam em nomes de outros, o "empreendedorismo da grilarem" -o que chamam de preposto.
Nas áreas próximas das estradas, todo mundo já ocupou. Agora, tem áreas que estão distantes, que ainda não são viáveis economicamente de ocupar. O especulador, quando tem o anúncio de que vai haver investimento de asfaltar estradas, abrir novas, pensa que aquela terra vai passar a ser viável.
Para ele, não é negócio ir lá para o mato distante. Vai um funcionário. Isso inicia uma corrida para ver quem ocupa primeiro. E não basta ir lá, falar essa área é minha. Isso é terra de ninguém, acontece muita violência, morre gente. E tem um desmatamento prematuro, porque tem de mostrar que está usando, mesmo sendo economicamente inviável no momento.

FOLHA - E pequenos produtores?
BARRETO - A MP vale até para empresas, o que distorce a ideia de regularizar posse. Originalmente era só até 100 hectares. Tem aquela brecha: pequeno, então pode. Agora vai até 1.500 hectares, com dispensa de licitação.

FOLHA - Do ponto de vista político, por que a área ambiental parece sempre perder as batalhas?
BARRETO - Qual o papel do líder? Encaminhar esses temas. O presidente não faz isso. Os ministros ficam lá, se estapeando via imprensa. Isso é muito ruim, cria dificuldades de encontrar soluções. Está todo mundo se esfaqueando em praça pública. Falta esse papel de liderança.

Oficializada a grilagem da Amazônia – Sítio Eletrônico da CPT – 09/06/2009

A Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra, CPT, se junta ao clamor nacional diante de mais uma agressão ao patrimônio público, ao meio ambiente e à reforma agrária.

No último dia 4 de junho, o Senado Federal aprovou a MP 458/2009, já aprovada com alterações pela Câmara dos Deputados, e que agora vai à sanção presidencial. É a promoção da "farra da grilagem", como se tem falado com muita propriedade.

Com o subterfúgio de regularização de áreas de posseiros, prevista na Constituição Federal, o governo federal, em 11 de fevereiro baixou a MP 458/2009 propondo a "regularização fundiária" das ocupações de terras públicas da União, na Amazônia Legal, até o limite de 1.500 hectares. Esta regularização abrange 67,4 milhões de hectares de terras públicas da União, ou seja, terras devolutas já arrecadadas pelo Estado e matriculadas nos registros públicos como terras públicas e que pela Constituição deveriam ser destinadas a programas de reforma agrária. Desta forma a Medida Provisória 458, agora às vésperas de ser transformada em lei, regulariza posses ilegais. Beneficia, sobretudo, pessoas que deveriam ser criminalmente processadas por usurparem áreas da reforma agrária, pois, de acordo com a Constituição, somente 7% da área ocupada por pequenas propriedades de até 100 hectares (55% do total das propriedades) seriam passiveis de regularização. Os movimentos sociais propuseram que a MP fosse retirada e em seu lugar se apresentasse um Projeto de Lei para que se pudesse ter tempo para um debate em profundidade do tema, levando em conta a função social da propriedade da terra. O Governo, entretanto, descartou qualquer discussão com os representantes dos trabalhadores do campo e da floresta.

Esta oficialização da grilagem da Amazônia está chamando a atenção de muitos pela semelhança com o momento histórico da nefasta Lei de Terras de 1850, elaborada pela elite latifundiária do Congresso do Império, sancionada por D. Pedro, privatizando as terras ocupadas. Hoje é um presidente republicano e ex-operário quem privatiza e entrega as terras da Amazônia às mesmas mãos que se tinham apoderado delas de forma ilegal e até criminosa.

Esta proposta de lei, que vai para a sanção do Presidente Lula, pavimenta o espaço para a expansão do latifúndio e do agronegócio na Amazônia, bem ao gosto dos ruralistas. Por isto não foi sem sentido a redução aprovada pela Câmara dos Deputados de dez para três anos no tempo em que as terras regularizadas não poderiam ser vendidas e a regularização de áreas para quem já possui outras propriedades e para pessoas jurídicas. Daqui a três anos nada impede que uma mesma pessoa ou empresa adquira novas propriedades, acumulando áreas sem qualquer limite de tamanho. Foi assim que aconteceu com as imensas propriedades que se formaram na Amazônia, algumas com mais de um milhão de hectares, beneficiadas com os projetos da Sudam.

Ironia do destino, Lula , que em 1998 afirmou que "se for eleito, resolverei o problema da reforma agrária, com uma canetada*",* ao invés de executar a reforma agrária prometida, acabou com uma canetada propondo a legalização de 67 milhões de hectares de terras griladas na Amazônia, um bioma que no atual momento de crise climática mundial aguda grita por preservação para garantir a sobrevivência do planeta.

O mesmo presidente que, em entrevista à Revista Caros Amigos, em novembro de 2002 dizia: "*Não se justifica num país, por maior que seja, ter alguém com 30 mil alqueires de terra! Dois milhões de hectares de terra! Isso não tem justificativa em lugar nenhum do mundo! Só no Brasil. Porque temos um presidente covarde, que fica na dependência de contemplar uma bancada ruralista a troco de alguns votos"* acabou sendo o refém desta bancada, pior ainda, recorreu à senadora Kátia Abreu, baluarte da bancada ruralista, inimiga número um da reforma agrária, para a aprovação da medida no Senado. Já cedera à pressão dos ruralistas aprovando a Lei dos Transgênicos. Não atualizou os índices de produtividade estabelecidos há mais de 30 anos atrás, o que poderia possibilitar o acesso a novas áreas para reforma agrária. Não se empenhou na aprovação da proposta de emenda constitucional PEC 438/01 que expropria as áreas onde se flagre a exploração de trabalho escravo. Além disso, promoveu à condição de "heróis nacionais" os usineiros e definiu como empecilhos ao progresso as comunidades tradicionais, os ambientalistas e seus defensores.

Lula que, com o Programa Fome Zero, teve a oportunidade de realizar um amplo processo de reforma agrária, transformou-o, porém, em um cartão do Bolsa Família que a cada mês dá umas migalhas a quem poderia estar produzindo seu próprio alimento e contribuindo para alimentar a nação.

Os movimentos sociais do campo, inclusive a CPT, vem defendendo há anos, por uma questão de sabedoria e bom senso, um limite para a propriedade da terra em nosso País. Mas o que vemos é exatamente o contrário. Cresce a concentração de terras, enquanto que milhares de famílias continuam acampadas às margens das rodovias à espera de um assentamento que lhes dê dignidade e cidadania, pois, como bem afirmaram os bispos e pastores sinodais que subscreveram o documento *Os pobres possuirão a terra "*A política oficial do país subordina-se aos ditames implacáveis do sistema capitalista e apoia e estimula abertamente o agronegócio".

Goiânia, 09 de junho de 2009.

Dom Ladislau Biernaski

Presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT)

Lula deve ignorar pressão e vetar um só artigo da MP da Amazônia – João Domingos - Estado de São Paulo – Nacional – 09/06/2009

presidente Luiz Inácio Lula da Silva tende a ignorar os apelos do PT, dos tucanos e dos ambientalistas para que vete artigos tidos como nocivos ao meio ambiente da medida provisória que permite a regularização de posses de até 1,5 mil hectares na Amazônia. De acordo com informações do Palácio do Planalto, a maior probabilidade é de veto apenas ao artigo que permite a regularização das terras ocupadas por empresas.

- Entenda a polêmica envolvendo o ministro do Meio Ambiente

"A MP está bem do jeito que foi aprovada. Meu único questionamento é sobre a parte que permite a legalização de terras de pessoas jurídicas", disse o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel.

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, afirmou que considera o projeto "muito bom" e, por isso, acha que deve ser mantido. Afirmou que pedirá três vetos, embora não possa garantir que o presidente os fará. Ele quer que saia do texto a parte relativa às empresas, a que reduz o prazo para a concessão do título definitivo de 10 para três anos e a que permite a concessão da posse a quem não mora no município.

A Casa Civil informou que Lula tem prazo até o dia 25 para sancionar a lei integralmente ou com vetos. Antes, todo o texto da medida passará pelo crivo da subchefia jurídica do órgão, quando haverá decisão sobre a necessidade de algum veto.

De acordo com o Meio Ambiente, o texto final aprovado pelo Congresso foi amplamente negociado pela liderança do governo com todos os partidos da base aliada. Coube ao deputado Asdrubal Bentes (PMDB-PA) costurar o acordo até o momento da votação. As emendas apresentadas pelo PPS - em particular pelo deputado Moreira Mendes (RO), todas tidas como desvirtuadoras da ideia original da medida provisória - foram todas rejeitadas.

Mendes queria, por exemplo, que os ocupantes das terras pagassem apenas pelos 20% que podem ser legalmente desmatados em cada propriedade. Os 80% restantes, necessários para a reserva legal, sairiam de graça. O deputado argumentava que essa área não poderia ser cobrada porque o proprietário não teria o usufruto dela para a produção.

RESISTÊNCIA

Durante a votação da medida provisória na Câmara, o líder do governo, Henrique Fontana (PT-RS), informou que o texto era fruto de acordo - até mesmo a parte que permite a regularização das terras ocupadas por empresas. No Senado, porém, o PT, sob o comando da ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva, resolveu protestar. Em carta a Lula, o PT argumentou que a MP, como foi aprovada pelo Congresso, representou a "legalização da grilagem".

Na carta, Marina e o PT do Senado pediram o veto à parte que permite a posse a quem não mora no município ou que tem outra propriedade.

Também foi pedido o veto ao artigo 7º, o que trata da titulação e comercialização de terras em áreas de até 1,5 mil hectares. O PT argumentou que o artigo amplia muito as

possibilidades de legalização de terras griladas, permitindo a transferência de terras da União para empresas, para quem já possuiu outras propriedades rurais e para a ocupação indireta. O PSDB, de oposição, ficou ao lado do PT no pedido aos vetos.

A MEDIDA PROVISÓRIA

Objetivo original: Permitir que uma área de 67,4 milhões de hectares de terra, no valor de R$ 70 bilhões, seja regularizada

Crítica dos ambientalistas: A título de regularizar as posses de pequenos agricultores em terras públicas federais na Amazônia, abriu-se a possibilidade de legalizar a situação de muitos grileiros. Por isso, vem sendo chamada de "MP da grilagem"

Brechas: Com a intenção de evitar brechas para anistiar aqueles que cometeram crime de apropriação de grandes extensões de terras públicas, a senadora Marina Silva (PT), ex-ministra do Meio Ambiente, apoiada por seu partido e pelo PSDB, enviou carta a Lula pedindo veto a 3 artigos da MP: 2º, 7º e 13º. Os objetivos são: impedir que pessoas que não ocupam diretamente as terras, além de pessoas jurídicas, sejam beneficiadas; garantir vistoria para separar os que ocuparam a terra dentro da lei dos que falsificaram documentos; evitar que o prazo de venda de médias (400 a 1.500 hectares) e grandes propriedades (acima de 1.500 hectares) seja de 3 anos, o que poderia favorecer especuladores

O retrocesso não é só com a Amazônia, é geral – Ana Paulo Scinocca - Estado de São Paulo – Nacional – 09/06/2009

Ex-ministra do Meio Ambiente, a senadora Marina Silva (PT-AC) iniciou uma espécie de cruzada para tentar convencer o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a vetar três artigos (2º, 7º e 13º) da Medida Provisória 458, que regulamenta a situação fundiária na Amazônia Legal. Na avaliação da Senadora, da forma como foi aprovado no Senado, na semana passada, o texto acaba por permitir a legalização de milhares de hectares que foram simplesmente grilados. Em entrevista ao Estado, Marina frisa que a MP representa um retrocesso e "vários outros" estão ocorrendo na gestão de seu sucessor, Carlos Minc. "Ele (Minc) ficou com uma boa marmita para ser anunciada (com a saída dela). Mas elas (medidas) são dramáticas e têm consequências. O ministro está diante de um grande desafio de tentar reposicionar as coisas."
Marina também destacou que a MP 458 já veio do Executivo com problemas, que foram agravados no Congresso. Mas não quis fazer nenhum juízo de valor da relatora do texto no Senado, Kátia Abreu (DEM-TO), representante do agronegócio. "A Senadora perdeu a

oportunidade de fazer um reposicionamento e corrigir as coisas. A Kátia simplesmente colocou em votação, e eu entendi que ela concordava com aquilo."

Quais os principais problemas da MP 458?

A MP foi encaminhada pelo Executivo com problemas, entre os quais a dispensa de vistoria (o artigo 13º afirma que os requisitos para a regularização fundiária dos imóveis de até quatro módulos fiscais - 400 hectares - serão averiguados por meio de autodeclaração). A forma como se fez o encaminhamento da MP foi fora do contexto. Um assunto desse não poderia ter sido por meio de MP, mas sim via projeto de lei. O recorte foi equivocado. Estão sendo beneficiados os grandes produtores (acima de 1.500 hectares), que são minoria e ficarão com 49 milhões de hectares. Já os pequenos, que representam 81,1%, ficarão com cerca de 8 milhões de hectares. Fora isso, os problemas foram agravados no Congresso com emendas que permitem a regularização para pessoas jurídicas, para quem tem preposto e para os que fazem ocupação indireta.

Dessa maneira, o que a MP 458 representa?

Um enorme retrocesso. O mais grave depois das ações da época da ditadura que fez o "integrar para não entregar". Agora está sendo feita uma transferência (de terras) sem critérios, em período totalmente diferente e num momento em que não diminuíram os conflitos pela terra. Basta ver os números da Comissão Pastoral da Terra.

A senhora recebeu algum retorno do Planalto sobre os pedidos de vetos dos três artigos da MP?

Até o presente momento, nenhum tipo de manifestação. Estou na expectativa de que o presidente Lula possa vetar para amenizar os malefícios.

Como avalia o governo Lula na área ambiental?

Estão ocorrendo vários retrocessos na agenda ambiental brasileira. Durante os primeiros anos, a agenda foi estruturante. O retrocesso não é só em relação à Amazônia, ele é geral.

MST protesta contra corte de verba para militantes – Roldão Arruda - Estado de São Paulo – Nacional – 09/06/2009

Movimento dos Sem-Terra (MST) realizou ontem manifestações em 15 Estados para protestar contra a diminuição dos recursos destinados ao Programa Nacional de Educação em Áreas da Reforma Agrária (Pronera). De acordo com informações divulgadas pela liderança do movimento - e confirmadas pelo governo -, a redução foi de 62%. Dos R$ 69 milhões previstos para o orçamento do Pronera neste ano, só devem ser liberados R$ 26 milhões.

O dinheiro é gasto com assentados jovens e adultos, em programas de alfabetização, formação técnica e também em cursos de nível superior. Atualmente, do total de verbas destinadas ao Pronera, quase 60% vão para cursos universitários voltados especialmente

para o público dos assentamentos.

"Cortar recursos agora significa negar o acesso à educação para esses jovens e trabalhadores rurais", disse ontem, em Porto Alegre, Neudicléia Oliveira, porta-voz dos 60 militantes do MST que realizaram um ato de protesto diante da sede da superintendência regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o órgão federal que administra as verbas do Pronera.

"Precisamos desses recursos para abrir novos cursos de formação", reclamou, no Paraná, Paulo Miran, representante dos 500 integrantes do movimento que interditaram durante todo o dia a rua em que fica localizada a sede regional do Incra, no centro de Curitiba.

Nas manifestações de ontem, o MST mobilizou principalmente estudantes. Além do Paraná e do Rio Grande do Sul ocorreram protestos em São Paulo, Goiás, Ceará, Piauí, Santa Catarina, Bahia, Minas Gerais, Paraíba, Pará, Pernambuco, Rondônia e Mato Grosso. No conjunto, 11 sedes regionais do Incra foram invadidas.

Em São Paulo os sem-terra ocuparam a sede na capital e o posto regional do Incra em Teodoro Sampaio, na região do Pontal do Paranapanema, no extremo oeste do Estado. De acordo com o coordenador regional do movimento, Valmir Chaves, a ação teve como objetivo também pressionar o Incra para dar sequência à reforma agrária na região. "Desde a época do Mário Covas que a reforma não anda nada", disse ele, referindo-se ao governador paulista que morreu em março de 2001.

ABAIXO-ASSINADO

No Ceará, as manifestações contaram com o apoio da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf). Os militantes, que ocuparam o pátio e o auditório da sede do Incra em Fortaleza, disseram que não têm prazo para sair. Eles também pretendem mobilizar a população para um abaixo-assinado, a ser encaminhado ao governo federal, reivindicando mais verbas para o Pronera.

O governo não contestou o MST. Em nota divulgada no fim da tarde, a assessoria do Incra classificou o Pronera como "um dos mais relevantes instrumentos de democratização do conhecimento no campo".

O programa, criado no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, já teria atendido cerca de 500 mil jovens e adultos, segundo a nota. Esse número inclui alunos de programas de alfabetização, escolarização, capacitação e graduação.

Hoje, ainda de acordo com o Incra, o Pronera sustenta cursos em 46 instituições de ensino, com 17,4 mil alunos.

A nota, na verdade, joga o problema para outro órgão do governo, o Ministério do Planejamento, de onde partiu a ordem do corte de verbas do Pronera e da quase totalidade dos programas do Ministério do Desenvolvimento Agrário, ao qual está subordinado o Incra. O corte foi definido no início da crise econômica, quando o governo tratou de enxugar seus gastos.

Ao final do texto, a assessoria informa que "o Incra está buscando a recomposição do orçamento para ampliar e dar continuidade a esta importante ação pública". A direção nacional do MST também divulgou nota, dizendo que exige "a recomposição do orçamento do Pronera, a regularização do pagamento dos coordenadores e professores que trabalham nos cursos nas universidades e a retomada da parceria para novos cursos".

SUSPENSÃO

No ano passado, o Ministério Público Federal conseguiu na Justiça a suspensão de curso especial de veterinária para assentados, que estava sendo implantado na Universidade Federal de Pelotas, no Rio Grande do Sul. De acordo com o procurador Max dos Passos Palombo, autor do pedido, as leis do País não autorizam a criação de cursos só para uma determinada categoria de pessoas.

O procurador também argumentou que a seleção de alunos obedecia a critérios políticos. Os interessados só poderiam se candidatar às vagas, segundo apurou, após terem sido aprovados pela liderança do assentamento.

Palombo também apontou critérios políticos e ideológicos na seleção dos professores. Além do Ministério Público, a criação do curso foi contestada pelo Conselho Regional de Medicina Veterinária.

Presidente do Incra diz que Pronera terá recursos assegurados – Sítio Eletrônico do MDA – 09/06/2009

O presidente do Incra, Rolf Hackbart, afirmou na manhã desta terça-feira (9), durante reunião com representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que todos os processos que estão sendo executados pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) terão os recursos assegurados. Atualmente, cerca de 17 mil jovens participam do Programa em todo o País.

No encontro, realizado em Brasília, Hackbart discutiu a recomposição do orçamento do Pronera, a regularização do pagamento dos coordenadores e professores das universidades

que trabalham nos cursos do Programa e a retomada de convênios para novos cursos.

De acordo com Clarice dos Santos, coordenadora nacional do Pronera, o Incra está articulando a inclusão de gratificação de desempenho aos professores parceiros do Programa. Isso se dará por meio de uma emenda ao Projeto de Lei 5245/09, apresentado ao Congresso Nacional pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) para viabilizar as obras do PAC.

No caso da assinatura de convênios para novos cursos, a Procuradoria Federal Especializada do Incra (PFE/Incra) fará um relatório de ações jurídicas que assegurem a abertura de processos licitatórios para formação de novos cursos, inclusive prevendo contratação direta. Essa medida foi tomada em decorrência de decisão proferida pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em 2008, que proibiu o Pronera de executar suas atividades por meio de convênios. A Procuradoria Jurídica do Incra já recorreu ao TCU contra essa determinação.

Sobre a recomposição orçamentária do Programa, o presidente do Incra se comprometeu em negociá-la diretamente com o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo. Uma audiência será marcada para tratar do assunto.

O Pronera

O Pronera é uma conquista dos movimentos sociais do campo que lutam pela reforma agrária no Brasil, resultado da luta pelo direito constitucional a uma educação de qualidade e que atenda às necessidades socioculturais dos camponeses.

O Programa surgiu institucionalmente em 1998. Até 2002, foi responsável pela escolarização e formação de quase 123 mil trabalhadores rurais assentados. De 2003 a 2008, promoveu acesso à escolarização e formação para cerca de 400 mil jovens e adultos de assentamentos do Incra.

Por meio de metodologias específicas, que consideram o contexto socioambiental e as diversidades culturais do campo, bem como o envolvimento das comunidades onde residem os trabalhadores do campo, o Pronera fortalece o mundo rural como território de vida de milhares de famílias.

Apos protestos, INCRA cede a MST – Estado de São Paulo – Nacional – 10/06/2009

A jornada de luta do Movimento dos Sem-Terra (MST), iniciada na segunda-feira, com a invasão de sedes regionais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em 11 Estados, deu resultado. Ao receber ontem em Brasília uma comissão de representantes do movimento, o presidente do Incra, Rolf Hackbart, prometeu atender a todas as demandas de cursos que já foram e serão apresentadas neste ano no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera). Ele também disse estudar meios de recompor o orçamento do programa por meio de emendas orçamentárias, gratificações de desempenho para professores e negociações com o Ministério do Planejamento.

O Pronera, que financia programas de alfabetização, formação técnica de nível médio e graduação para jovens e adultos de assentamentos rurais, foi drasticamente atingido pelos cortes orçamentários determinados pelo Planejamento no início do ano. Dos R$ 69 milhões previstos para o programa, ficou acertado que só seriam liberados R$ 26 milhões - um corte de 62%.

Na segunda-feira, o MST realizou manifestações em 15 Estados para protestar contra o corte. Ontem, após a reunião com Hackbart, o coordenador do setor de educação do MST, Edgar Kolling, considerou o movimento vitorioso. "A jornada de luta garantiu conquistas concretas para trabalhadores rurais que querem estudar", disse.

No encontro de Brasília também foi abordada a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) que proibiu o Pronera de executar suas atividades por meio de convênios. Hackbart disse que o Incra, por meio de sua assessoria jurídica, já recorreu dessa decisão. Ao mesmo tempo, porém, abriu licitações para a formação de novos cursos, atendendo ao TCU.

Várias atividades do Pronera tem sido questionadas na Justiça, sob a alegação de que a triagem de seus alunos e professores obedece a crivos ideológicos.

MST faz protesto em Alagoas contra redução de repasses – Folha de Sào Paulo – Brasil – 10/06/2009

Cerca de 200 trabalhadores ligados ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) fizeram passeata ontem no centro de Maceió (AL), continuando as manifestações contra o corte de 62% do orçamento do Pronera (Programa Nacional de Educação em Áreas da Reforma Agrária).

Anteontem, quando o movimento promoveu protestos em 15 Estados, os sem-terra acamparam em frente à sede da superintendência do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), em Maceió.
No Estado, além de seguir a pauta de reivindicação nacional, os sem-terra pediram a regularização de assentamentos. O Incra de Alagoas agendou encontro com representantes do MST para discutir as questões.
Em Rancharia (508 km de São Paulo), manifestantes foram até à sede do Incra, onde permaneceram por quatro horas, para entregar uma pauta de reivindicações, segundo um funcionário do instituto.
O presidente do Incra, Rolf Hackbart, disse ontem, em reunião com membros do MST em Brasília, que todos os processos em execução pelo Pronera terão os recursos assegurados.

Nova lista de desmatadores exclui Incra – Humberto Medina – Folha de São Paulo – Brasil – 10/06/2009

O Ministério do Meio Ambiente divulgou ontem nova lista de desmatadores. Dessa vez, no entanto, optou por não incluir o Incra, órgão responsável pelos assentamentos do programa de reforma agrária, que figurou como principal desmatador na lista tornada pública em setembro do ano passado.
O ministério explicou que só aparece na lista quem será acionado na Justiça pelo governo, o que não é o caso do Incra. "Muitos assentamentos desmatam muito. Eu sei que alguns jornalistas gostariam que o Incra estivesse sempre nas cabeças. Às vezes ele está na frente, às vezes está no meio, às vezes está atrás. É que nem o Vasco, às vezes está na primeira divisão, às vezes na segunda", afirmou o ministro Carlos Minc.
Depois de o ministro falar, um técnico explicou que os desmatamentos em assentamentos estão sendo tratados em uma câmara de conciliação na Advocacia Geral da União.
Ontem, Minc divulgou uma lista de 75 pessoas ou empresas que desmataram irregularmente ou comercializaram madeira de forma ilegal no Estado de Mato Grosso. Todos serão processados pelo governo na Justiça. No total são 80.204 hectares (cada hectare corresponde a aproximadamente um campo de futebol) de floresta derrubada e 58.774 (cerca de 3.000 caminhões) de madeira comercializada ilegalmente.
Quem mais devastou a floresta, segundo o ministério, foi Rosane Sorge Xavier, responsável pela derrubada de 16.024 hectares. "Essa moça deve ser a rainha da motosserra", disse Minc. Sorge Xavier não foi localizada pela reportagem.
A principal empresa que comercializa madeira ilegal, pela lista, é a Lagoa das Conchas Agrofloresta, com 13.508 metros cúbicos (aproximadamente 650 caminhões). A empresa informou que está na Justiça contra as atuações do Ibama, que a madeira foi retirada de uma área de manejo aprovada pelo órgão ambiental de Mato Grosso e que houve falhas no

processo de fiscalização.
Minc explicou que a primeira lista, divulgada em setembro com os cem maiores desmatadores, incluía fiscalizações feitas nos Estados de Mato Grosso, Pará e Rondônia. A próxima lista deverá conter o resultado de fiscalizações feitas no Pará.
Minc defendeu que a Justiça tenha varas especializadas em julgar crimes ambientais.

"Pancada" nos pecuaristas
O ministro afirmou que os plantadores de soja estão cumprindo acordo feito com o governo e não são mais os responsáveis por desmatamento na Amazônia. Já os pecuaristas, segundo ele, estão fora de controle. "A turma da pecuária não cumpriu o acordo. Vai levar pancada. Vai perder o crédito até entrar na linha", disse.

Cassel estuda veto em MP da regularização – Marta Salomon - Folha de São Paulo – Brasil – 10/06/2009

Principal mentor do programa que prevê a doação ou venda de 67,4 milhões de hectares de terras da União na Amazônia, o ministro Guilherme Cassel (Desenvolvimento Agrário) disse que avalia sugerir ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva o veto à possibilidade de pessoas jurídicas poderem comprar terras da União.
A medida foi incluída pela Câmara e confirmada na votação no Senado da regularização fundiária na Amazônia, na semana passada.
"Não existe uma liberação irrestrita para as empresas: para entrarem no programa, elas devem ter sido criadas até dezembro de 2004 e não poderão ter outra propriedade, e o risco de manter isso é muito pequeno", avaliou. "O único furo possível seria uma grande empresa agropecuária, por exemplo, atuar por meio de empresas vinculadas e vir a concentrar terras."
Apesar de filiado ao PT, Cassel não endossará o pedido de veto feito pela ex-ministra e senadora Marina Silva, com apoio do partido, ao artigo que prevê a possibilidade de imóveis médios serem vendidos três anos após a regularização.
O ministro alega que as principais propostas dos ruralistas ficaram de fora do texto final, como a possibilidade de reconhecer ocupações de terras públicas feitas até fevereiro de 2009 ou a fixação de preço entre R$ 3 e R$ 5 por hectare para os imóveis até 1,5 mil hectares.

Lula avisa que vetará trechos da 'MP da Grilagem' – O Globo – O País – 11/06/2009

Pontos polêmicos, como a regularização e a venda de terras na região, devem ficar de fora

BRASÍLIA. O presidente Lula afirmou ontem à agência de notícias Reuters que vetará artigos da MP 458, que trata da regularização de 67 milhões de hectares de terras públicas ocupadas na Amazônia. O presidente não especificou que trechos vetará do projeto aprovado pelo Senado no último dia 3 de junho, mas avisou que derrubará os excessos da MP.

— O que vier em excesso (do Congresso) eu vou vetar — disse o presidente.

Os pontos mais polêmicos da medida, e que devem ser objeto do corte, são o que permite que empresas obtenham a titularidade de terras da União e o que dá prazo menor para que os posseiros de maiores parcelas de terra possam vendê-la, após a regularização.

Os dois pontos não constavam do texto original enviado pelo Executivo ao Congresso. Criticada fortemente por ambientalistas, a 458 foi classificada pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, de "MP do fim da grilagem".

— Se o sujeito quiser fazer um esqueminha e colocar um laranja, esse laranja vai ser preso. O programa vai ser feito com a maior transparência possível, para que irregularidades apareçam. A 458 é a MP do fim da grilagem — disse.

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse que a regularização fundiária vai ajudar a combater a violência e o desmatamento na Amazônia: — Os ruralistas não estão com essa bola toda. Eles levaram uma surra no Parlamento, foram derrotados por 190 a 90 (votos). Eles conseguiram desfigurar alguns pontos e nós vamos pedir alguns vetos ao presidente Lula, sobretudo daqueles pontos que dificultam diferenciar o posseiro do grileiro

Embrapa vai mapear fazendas que desmatam para criar gado no Pará - Catarina Alencastro – O Globo – 13/06/2009

Medida é parte de acordo entre governo e o setor de frigoríficos e supermercados

BRASÍLIA. Eleita por ambientalistas como a atual inimiga número um da Amazônia, a pecuária é tema de um acordo que vem sendo negociado entre o Ministério da Agricultura e o setor produtivo há vários meses.

O governo quer que frigoríficos e supermercados se comprometam a não mais comprar carne de fazendas que criam gado em áreas de desmatamento. A principal dificuldade seria rastrear bois de cada fazenda, para, a partir daí, identificar se eles estão pastando em áreas derrubadas para o plantio de capim.

O acordo passa pela assistência técnica da Embrapa Monitoramento por Satélite, que está desenvolvendo um sistema de mapeamento de todas as fazendas de gado do sul do Pará, área onde o projeto será iniciado.

Implantação do projeto custará R$ 5 milhões

A Embrapa estima gastar R$ 5 milhões para implantar o sistema, mais R$ 1 milhão, todos os anos, para mantê-lo, sem contar os custos com pessoal.

— A região mais problemática é o Pará. Reservas extrativistas são desmatadas para criar gado, e a pecuária está se expandindo.

O maior rebanho que pode estar ligado ao desmatamento está lá — diz o chefe-geral da Embrapa Monitoramento por Satélite, Evaristo Miranda.

Os frigoríficos serão os fiscais do acordo, cobrando de seus fornecedores o mapeamento das propriedades.

O georrefenciamento das áreas caberá a cada fazendeiro, que terá de arcar com o serviço que custa, em média, R$ 20 por hectare. Com essas coordenadas, a Embrapa entra em cena, com as imagens registradas por dez satélites. As imagens serão atualizadas regularmente e, se o fazendeiro avançar seu pasto sobre a floresta, o movimento será registrado.

— O objetivo é implementar o desmatamento ilegal zero para essa área imediatamente. Esse pessoal todo vai se comprometer a não desmatar mais para a pecuária. O cara que desmatou não tem como esconder, ele estará desqualificado e vai deixar de vender — garantiu Miranda.

Enquanto a iniciativa não é posta em prática, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, critica o setor, com o qual não fechou acordo semelhante ao feito com a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove). O último levantamento de um pacto com produtores de soja revelou que só 0,88% de 157.896 hectares mapeados foram desmatados para a plantação do grão na Amazônia.

— A pecuária está fora de controle — reclamou o ministro, na última quarta-feira. O Ibama trabalha com uma lista de 69 compradores de carne acusados de fomentar o desmatamento na Amazônia. Outras 21 fazendas são apontadas como responsáveis pelo desmatamento ilegal de 157.168,91 hectares para a criação de bois.

O Ministério Público cobra a indenização de R$ 2,1 bilhões por dano ambiental causado por elas. Entre as propriedades processadas, há nove do grupo Agropecuária Santa Bárbara, que tem o banqueiro Daniel Dantas como um dos donos.

O Greenpeace calcula que 80% da área desmatada na Amazônia sejam de responsabilidade dos criadores de gado. Recentemente, a ONG apresentou um relatório apontando que o BNDES financia frigoríficos que fazem parte da cadeia produtiva do desmatamento na região.

— Durante o regime militar, (o general Emílio Garrastazu) Médici fez a profecia de que a Amazônia seria colonizada pela pata do boi. Agora, Lula está cumprindo essa profecia. A indústria não pode mais comprar carne vinda de desmatamento.

Acordo de papel não basta — diz Paulo Adário, diretor da Campanha Amazônia do Greenpeace. **A indústria não pode mais comprar carne vinda de desmatamento** Paulo Adário, do Greenpeace

O maior rebanho que pode estar ligado ao desmatamento está no Pará Evaristo Miranda, da Embrapa

Levantamento vai começar por seis municípios – Catarina Alancastro – O Globo – O País – 14/06/2009

Tecnologia permite aumento de rebanho sem ampliar pastagem

BRASÍLIA. O projeto inicial do Ministério da Agricultura é adquirir imagens de satélite de todo o sul do Pará, área que abrange seis grandes municípios e cerca de 150.000 quilômetros quadrados. As primeiras imagens dessa área, que servirão como referência para o monitoramento, deverão ser adquiridas já, segundo o chefe-geral da Embrapa Monitoramento por Satélite, Evaristo Miranda.

Para Miranda, os produtores amazonenses terão de investir em tecnologia para aumentar a produtividade de suas criações.

— É possível multiplicar por 3 ou 4 o rebanho, sem ampliar área de pastagem. A pecuária vai continuar se expandindo, o importante é que não esteja associada ao desmatamento.

O Brasil é o primeiro exportador mundial de carne, tem que fazer bem feito — afirmou. Vice-presidente da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), Ibsen de Gusmão Câmara admite que grande parte da devastação da floresta se deve ao avanço de pasto. — Os pecuaristas da Amazônia não vão gostar de terem restringidas as áreas de expansão, mas a sociedade vem reagindo.

Hoje, a maioria não concorda que a floresta seja derrubada para plantar capim — reconheceu.

Ruralistas tentam preservar MP - Sítio Eletrônico da CNA – 18/06/2009

A proximidade da sanção da medida provisória que regulariza as posses de até 1,5 mil hectares na Amazônia deu início a um movimento de pressão em torno do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a favor e contra vetos, e a uma guerra de cartas e e-mails. A Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) iniciou ontem um bombardeio que pode chegar a 1 milhão de cartas e e-mails ao presidente para pedir que nada seja vetado. Já a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) mandou carta ao presidente pedindo vetos à MP.

Antes, a senadora Marina Silva (PT-AC) e 23 procuradores da República que atuam na Amazônia solicitaram a Lula, por meio de cartas, veto a artigos que consideram prejudiciais à região, como os que permitem a venda das posses para empresas, o que libera o uso de um preposto e o que reduz de dez para três anos o prazo exigido para que uma

propriedade legalizada possa ser vendida. O documento da Contag mandado a Lula faz pedidos muito parecidos aos de Marina e dos procuradores da República.

"Além dos 2,2 mil sindicatos e das 27 federações, estamos também fazendo um apelo para que os comerciantes enviem as correspondências ao presidente Lula. Nas cidades do interior pelo menos 80% deles dependem das atividades do meio rural", afirmou a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), presidente da Contag. Ela disse ainda que as pessoas jurídicas representam menos de 1% dos ocupantes das posses e que são todas pequenas e médias empresas.

A Contag rebateu: "Não podemos concordar que, sob o argumento da efetivação dessas regularizações, se permita a alienação de terras de até 1,5 mil hectares para pessoas jurídicas ou ocupantes indiretos que estão na região apenas há cinco anos, podendo revendê-las em só três anos. Pois isso seria nada mais do que premiar a apropriação ilegal do patrimônio público promovida por pessoas e grupos econômicos que, ao longo dos anos, vêm causando violência, mortes, injustiça e degradação social e ambiental na região", afirmou a Contag na carta a Lula. Kátia Abreu reagiu: "Não tem nenhum grileiro entre as empresas que têm posses na Amazônia, até porque grileiro e bandido não querem ser legalizados, querem é viver na clandestinidade".

Kátia disse ainda que incentivar a formação de empresas para administrar áreas rurais é uma das melhores formas de o governo ter o controle de quem é o dono das propriedades, além de representar maior possibilidade de arrecadação de impostos.

Segundo a Casa Civil, o presidente tem até o dia 25 para sancionar a medida provisória, transformando-a em lei, com ou sem vetos. Corre no Palácio do Planalto o comentário de que, se Lula vetar alguma coisa, será a parte relativa às empresas. O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, sugeriu ao presidente veto nesse artigo e no que trata do prazo para a legalização. O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, acha que não é necessário nenhum veto.

Ruralistas tentam preservar MP – João Domingos - Estado de São Paulo – Nacional – 18/06/2009

A proximidade da sanção da medida provisória que regulariza as posses de até 1,5 mil hectares na Amazônia deu início a um movimento de pressão em torno do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a favor e contra vetos, e a uma guerra de cartas e e-mails. A **Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA)** iniciou ontem um bombardeio que pode chegar a 1 milhão de cartas e e-mails ao presidente para pedir que nada seja vetado. Já a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) mandou carta ao presidente pedindo vetos à MP.

Antes, a senadora Marina Silva (PT-AC) e 23 procuradores da República que atuam na Amazônia solicitaram a Lula, por meio de cartas, veto a artigos que consideram prejudiciais à região, como os que permitem a venda das posses para empresas, o que libera o uso de um preposto e o que reduz de dez para três anos o prazo exigido para que uma propriedade legalizada possa ser vendida. O documento da Contag mandado a Lula faz pedidos muito parecidos aos de Marina e dos procuradores da República.

"Além dos 2,2 mil sindicatos e das 27 federações, estamos também fazendo um apelo para que os comerciantes enviem as correspondências ao presidente Lula. Nas cidades do interior pelo menos 80% deles dependem das atividades do meio rural", afirmou a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), presidente da Contag. Ela disse ainda que as pessoas jurídicas representam menos de 1% dos ocupantes das posses e que são todas pequenas e médias empresas.

A Contag rebateu: "Não podemos concordar que, sob o argumento da efetivação dessas regularizações, se permita a alienação de terras de até 1,5 mil hectares para pessoas jurídicas ou ocupantes indiretos que estão na região apenas há cinco anos, podendo revendê-las em só três anos. Pois isso seria nada mais do que premiar a apropriação ilegal do patrimônio público promovida por pessoas e grupos econômicos que, ao longo dos anos, vêm causando violência, mortes, injustiça e degradação social e ambiental na região", afirmou a Contag na carta a Lula. Kátia Abreu reagiu: "Não tem nenhum grileiro entre as empresas que têm posses na Amazônia, até porque grileiro e bandido não querem ser legalizados, querem é viver na clandestinidade".

Kátia disse ainda que incentivar a formação de empresas para administrar áreas rurais é uma das melhores formas de o governo ter o controle de quem é o dono das propriedades, além de representar maior possibilidade de arrecadação de impostos.

Segundo a Casa Civil, o presidente tem até o dia 25 para sancionar a medida provisória, transformando-a em lei, com ou sem vetos. Corre no Palácio do Planalto o comentário de que, se Lula vetar alguma coisa, será a parte relativa às empresas. O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, sugeriu ao presidente veto nesse artigo e no que trata do prazo para a legalização. O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, acha que não é necessário nenhum veto.

Incra recebe reivindicações do Grito da Terra Pará 2009 – Sítio Eletrônico do MDA – 18/06/2009

O diretor nacional do Incra, Raimundo Lima, e os três superintendentes regionais do órgão no Pará, Elielson Silva (Belém); Raimundo Oliveira (Marabá) e Luciano Brunet (Santarém) receberam, nesta quarta-feira (17), em Belém, a pauta de reivindicações regionais do 17º Grito da Terra, promovido pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará (Fetagri/PA).

Em reunião ocorrida na sede regional do Incra em Belém, Lima, que representava o

presidente da autarquia, Rolf Hackbart, anunciou a ampliação dos recursos das três superintendências destinados à implantação e à melhoria da infraestrutura nos assentamentos paraenses, bem como à obtenção de terras para a reforma agrária, principais demandas apresentadas pelos agricultores.

"O Pará é prioritário na programação operacional do Incra e por isso vem recebendo atenção especial em termos de investimento ao longo dos últimos anos. Para 2009 o orçamento do Pará (das três superintendências) soma cerca de meio bilhão de reais e vamos injetar mais recursos para dar melhores condições de vida e produção às famílias assentadas", afirmou Lima aos agricultores reunidos no auditório da superintendência.

Combate à grilagem

Na ocasião, o presidente da Fetagri/PA, Carlos Augusto Silva, entregou ao diretor do Incra um mapeamento da grilagem no estado, elaborado a partir de dados colhidos nos cartórios de terras pelo Comitê Estadual de Combate à Grilagem de Terras, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

O documento apresenta informações detalhadas sobre o processo de concentração fundiária que, através da falsificação de documentos e informações, levou os cartórios de terras do estado a registrarem 489 milhões de hectares de áreas griladas, número cerca de quatro vezes superior ao território real do Pará, que soma 124 milhões de hectares.

"Temos um território verdadeiro e quatro outros sobrepostos, correspondentes à área total registrada nos cartórios paraenses. Diante de tamanha fragilidade fundiária fica claro para nós que qualquer política em benefício dos pequenos agricultores enfrentará enormes dificuldades para dar certo aqui no Pará. É preciso uma solução urgente para essa situação", disse Carlos Augusto, que pediu providências ao Incra quanto ao problema.

Terra Legal surge como solução

Raimundo Lima explicou que o Programa Terra Legal - que pretende promover a regularização fundiária na Amazônia Legal - poderá por fim ao caos fundiário do Pará.

"Situações absurdas como essa deixarão de existir e o Pará voltará a ter somente o seu território real. O Terra Legal vai viabilizar isso ao separar o joio do trigo e retomar as áreas ocupadas irregularmente por pessoas que não atenderem aos requisitos da lei", garantiu o diretor nacional do Incra.

Incra garante novos assentamentos para populações tradicionais

Com relação à criação de assentamentos e a inclusão de trabalhadores na relação de

beneficiários da reforma agrária, o superintendente do órgão em Belém, Elielson Silva, garantiu a continuidade da política de inclusão social das populações tradicionais, através de assentamento agroextrativistas destinados às comunidades ribeirinhas e extrativistas.

Silva adiantou que equipes do Incra estão realizando estudos técnicos, diagnósticos ambientais e cadastramento de famílias no Marajó, na Região do Baixo Tocantins e mesmo no entorno de Belém visando o assentamento de aproximadamente seis mil famílias até o final deste ano. "Essa é uma ação prioritária para o Governo Federal e nasceu em 2005, justamente a partir da pauta da Fetagri que, há muito tempo, já chamava atenção para a importância da inclusão das comunidades tradicionais no programa da reforma agrária", destacou.

O superintendente do Incra em Belém aproveitou a reunião com os agricultores para anunciar a liberação, esta semana, de R$ 7 milhões destinados ao Instituto de Terras do Pará (Iterpa), através de convênio firmado, no final de 2008, pelas superintendências do órgão fundiário em Belém e Marabá e o Governo do Pará. O valor irá custear as ações de varredura fundiária e ordenamento territorial que Iterpa irá realizar nos municípios de São Félix do Xingu, Tailândia, Rondon do Pará e Dom Eliseu, em apoio ao Programa Terra Legal.

Fiscalizações em assentamentos

Atendendo pedido dos agricultores da Fetagri, Elielson Silva, afirmou ainda que o Incra intensificará a fiscalização para identificar e excluir pessoas que ocupam lotes de terras irregularmente nos assentamento.

"Comemoramos essa decisão porque é uma ação moralizadora de combate à grilagem e que abrirá espaço nos assentamentos para as famílias que realmente precisam de terra para viver e produzir", comemorou o presidente da Fetagri/PA. Segundo ele, dentro de 60 dias uma comissão formada por agricultores deverá se reunir com representantes das três superintendências do Incra no Pará para avaliar os avanços no cumprimento da pauta apresentada durante o Grito da Terra 2009.

Terra Legal cria mecanismos de controle para impedir regularização de áreas griladas – Sítio Eletrônico do MDA – 18/06/2009

Mecanismos rígidos de controle vão impedir a regularização de áreas griladas durante o processo de cadastramento de posses de imóveis rurais que será feito pelo Terra Legal Amazônia. O programa de regularização fundiária coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) começa a ser implantado nesta sexta-feira e tem como objetivo regularizar 296,8 mil imóveis com até 15 módulos fiscais localizados em terras

federais nos nove estados da Amazônia Legal.

O principal mecanismo de controle e transparência das informações coletadas é o site do Terra Legal (www.mda.gov.br), onde serão disponibilizadas listas atualizadas de ocupantes que se cadastraram. Uma ferramenta de busca permitirá localizar nomes e localidades cadastradas. Este espaço também será um canal para denúncias, inclusive anônimas, sobre qualquer irregularidade no Programa. As respostas sobre as denúncias serão publicadas no Portal em até 30 dias.

As listas também serão impressas e disponibilizadas em locais públicos nos municípios. Qualquer denúncia retira a regularização da posse do rito expresso. Nessas situações, a posse será vistoriada e investigada.

O Terra Legal também contará com uma Rede de Inteligência Fundiária, criada a partir da associação do Programa e da Ouvidoria Agrária do MDA com o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam). Essa operação será conduzida por meio do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), que é composto pelo Centro Gestor do Sipam, pelas áreas de inteligência das Forças Armadas, pela Receita Federal e pelo Itamaraty, entre outros órgãos federais. Antes e depois da titulação de áreas pelo Terra Legal, serão utilizados recursos de inteligência tecnológica, como sensoriamento remoto e técnicas avançadas de análise de dados e modelagem.

Outra ferramenta para impedir a regularização de áreas griladas é o georreferenciamento das posses cadastradas. Após o cadastramento, as ocupações cadastradas serão georreferenciadas, para definir os limites físicos da área ocupada, e passarão ao trabalho de escritório, para análise de todos os documentos reunidos. Caso não haja problemas, o título será emitido em até 60 dias.

Ministério define normas para regularizar terras na Amazônia – Sítio Eletrônico da CNA – 19/06/2009

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) definiu as condições e procedimentos necessários para o cadastramento das ocupações de terras que serão regularizadas na Amazônia Legal com base na lei resultante da Medida Provisória (MP) 458, que foi aprovada pelo Congresso e está para ser sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A definição das regras está na Portaria número 38, publicada na edição de hoje do "Diário Oficial da União".

A finalidade do cadastramento é a criação de um banco de dados com a identificação dos ocupantes das terras. Com essas informações é que será levado adiante o processo de regularização. Para fazer o cadastramento, o ocupante terá que apresentar um

formulário de declaração, de modelo definido na portaria e fotocópias de documentos pessoais, como carteira de identidade, certificado de reservista, carteira de trabalho ou carteira nacional de habilitação com foto, CPF e outros.

No caso de áreas com mais de quatro módulos fiscais, os pretendentes ao cadastramento terão que apresentar documentação que comprove a ocupação da área com data anterior a 1º de dezembro de 2004. Na Amazônia, a dimensão de um módulo fiscal varia de município para município e, segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), pode ter de 10 hectares a 100 hectares, e a média é de 65 hectares. A portaria divulgada hoje leva em consideração módulos de 100 hectares, pois, ao mencionar terras de "15 módulos fiscais", diz que se trata de "1.500 hectares".

O candidato ao cadastramento terá que declarar, no formulário, se possui ou não outro imóvel rural no território brasileiro, se a área ocupada é produtiva, se a ocupação nunca foi contestada, se já foi beneficiado por algum programa de regularização fundiária e se possui ou não cargo ou emprego público, entre outras informações. A portaria autoriza o cadastramento por procuradores, mas estabelece que cada procurador poderá representar no máximo três ocupantes. Determina também que a extensão das áreas a serem regularizadas por um único procurador não poderá ultrapassar "o limite de 15 módulos fiscais, ou 1.500 hectares."

O MDA prevê ainda que, durante o processo de cadastramento, haverá escritórios móveis na Amazônia aos quais os candidatos poderão apresentar o formulário preenchido e os documentos exigidos. Alguns desses escritórios móveis começaram a funcionar hoje, a partir do lançamento do programa "Terra Legal" pelo presidente Lula no município de Alta Floresta, no Mato Grosso, e por vários ministros nos municípios de Porto Velho (RO) e Macapá (PA).

Embargo a propriedades no Pará podem inviabilizar atividade, diz CNA – Sítio Eletrônico da CNA – 23/06/2009

As decisões tomadas pelo Ministério Público Federal, por meio da Procuradoria da República do Pará, para suspender a comercialização de carne e derivados adquiridos de propriedades rurais acusadas de crimes ambientais, podem contribuir para inviabilizar a atividade pecuária na Amazônia. O alerta foi feito hoje (23/6) por José Manoel Caixeta, membro do Fórum Nacional Permanente de Pecuária de Corte da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Ao participar de audiência pública no Senado para debater a crise dos frigoríficos, ele disse que cerca de 35% do abastecimento de carne do País, que provém daquele Estado, pode ficar comprometido.

"A conseqüência é preocupante não apenas para os produtores, mas nós estamos preocupados também com o consumidor final, que poderá pagar um preço absurdo pela carne", afirmou Caixeta. Ele disse também que a CNA estuda entrar com uma ação judicial contra a Organização Não-Governamental Greenpeace diante das acusações de que o gado é o principal responsável pelo desmatamento na região amazônica. "O próprio presidente Lula disse que o produtor não pode ser chamado de bandido, pois ele ocupou a região e desmatou em uma época que a legislação permitia e foi incentivado por governos anteriores e agora que a atividade se desenvolveu querem condenar os pecuaristas. Isso não é válido", justificou. "Decisões esta natureza só vem piorar a situação da atividade pecuária", completou.

Ele também lembrou que a entidade defende o "Desmatamento Zero", mas de agora em diante. "É inviável recompor de floresta o que está consolidado para a produção, mesmo porque as políticas públicas que existiam incentivaram as pessoas a migrarem para a Amazônia. O produtor não vai abrir mão de seu patrimônio", disse.

Assessoria de Comunicação CNA

Lula e Dilma visitam sem-terra e fazem série de promessas para 2010 – Flávio Freire – O Globo – O País – 23/06/2009

Ao lado de sua candidata, presidente anuncia luz para mais 1 milhão de casas

CONGONHINHAS E LONDRINA (PR). Num discurso para 2 mil sem-terra no Norte do Paraná, o presidente Lula prometeu ontem ampliar em mais de um milhão o número de residências atendidas com energia elétrica, até o fim de 2010, ano eleitoral, assim como aumentar o valor destinado a famílias carentes para a construção de moradia.

Logo depois, ainda no discurso, acompanhado de sua précandidata, a ministra Dilma Rousseff, o presidente deu o seguinte conselho: — A gente precisa acertar nos políticos em que a gente vai votar, porque a gente tem chance de melhorar as coisas ainda mais.

No assentamento Robson de Souza, em Congonhinhas, Lula participou da cerimônia em comemoração a 2 milhões de ligações do programa Luz Para Todos. Lá, trocou o boné com o logotipo do programa pelo do MST. O presidente criticou governantes que não pensam nos pobres.

— O pobre custa muito pouco porque não quer nada mais do que o convencional. O outro (rico) é que quer lucrar antes mesmo de investir. Ainda assim, tem muita gente que pensa que fazer pelo pobre é gasto, enquanto para os riscos é investimento.

Presidente volta a defender o desmatamento Mais cedo, em entrevista à Rádio Paiquerê, de Londrina, Lula defendeu a alternância no poder. Disse esperar que o povo

eleja alguém melhor que ele: — Não quero o terceiro mandato por uma coisa muito simples. Tenho dito que a gente não pode brincar com a democracia.

Acho que a alternância de poder é importante porque vai permitir ao povo escolher alguém, e sempre vou torcer para que as pessoas escolham alguém melhor do que eu.

O anúncio de que o governo pretende sanar o déficit de energia elétrica foi feito por Dilma. — Descobrimos que mais um milhão de casas não têm ainda energia, mas vai ter até o fim do ano que vem — disse ela.

Mais tarde, em Londrina — onde falou para fazendeiros, no lançamento do Plano de Agricultura e Pecuária —, Lula disse que é correto "desmatar o que for necessário": — Quando a gente reforça a carga ideológica do debate, fica debatendo se é preciso desmatar ou não desmatar. É correto que a gente desmate o que for necessário e que a gente cumpra determinadas regras. Porque, também vamos ser francos, a gente aqui não sente muito.

O plano prevê, para a safra de 2009/2010, investimentos de R$ 107,5 bilhões: R$ 92,5 bilhões para a agricultura empresarial e R$ 15 bilhões para pequenos produtores.

Semana passada, Lula dissera que quem desmatou a Amazônia não pode ser chamado de bandido. E citou o que, segundo ele, ocorreu no regime militar.

— Não era possível chamar de bandido aquele que na década de 70 desmatava, porque a palavra de ordem e os financiamentos eram para desmatar.

Quem não lembra que o (ex-presidente Ernesto) Geisel levou (para a Amazônia) um monte de gaúchos, e talvez paranaenses, para desmatar? Lula criticou os países que condenam o etanol brasileiro: — Não metam o dedo sujo de combustível fóssil no nosso combustível limpo — disse ele, que ainda reclamou das observações feitas pela primeiraministra alemã, Ângela Merkel, em relação à proteção da Floresta Amazônica.

— Quando vem uma primeiraministra alemã aqui, a primeira coisa que ela quer saber é se a Amazônia está bem, se estão acabando com a Amazônia. Ora, minha vontade é perguntar se ela está tão preocupada porque deixou depenar o país dela. Daqui a pouco vão dizer que a Amazônia é internacional.

Minc e Stephanes não escondem divergências - Catarina Alencastro e Isabel Braga – O Globo – O País – 24/06/2009

Ministros da Agricultura e do Meio Ambiente mal se falam durante audiência que discutia dados sobre biomas

BRASÍLIA. Os ministros da Agricultura, Reinhold Stephanes, e do Meio Ambiente, Carlos Minc, demonstraram ontem que o clima entre os dois continua azedo, depois da troca pública de farpas no fim do ano passado e das recentes críticas de Minc aos ruralistas. Em audiência pública na Comissão de Meio Ambiente da Câmara, Minc só apareceu ao fim do discurso do colega.

Minc aproveitou sua fala para criticar estudo da Embrapa segundo o qual o Brasil dispõe de menos de 30% de seu território para ocupação econômica, industrial e agrícola.

Ele saiu antes de Stephanes da audiência, que discutia dados oficiais sobre os biomas brasileiros. Minc e Stephanes trocaram cumprimentos formais e, durante a audiência, mal se falaram. O ministro da Agricultura lembrou aos deputados que havia perdido a confiança em Minc ano passado e repetiu que defende o desmatamento zero na Amazônia.

Ele culpou a imprensa por ter inviabilizado as reuniões que coordenava com Minc para discutir mudanças no Código Florestal.

A razão foi a publicação da troca de farpas entre ambos.

Stephanes disse que está disposto a "esquecer o que houve lá atrás" e retomar os encontros com ambientalistas.

— Nunca disse que quero desmatar a Amazônia. Tentaram sabotar alguma coisa que estava caminhando na direção correta.

Meu último diálogo com o ministro Minc foi: "Ministro, desculpe, mas perdi a confiança no seu diálogo". Agora, aceito retomar o diálogo, desde que se apresente algo concreto.

Stephanes afirmou que não concorda que os ambientalistas monopolizam o conhecimento sobre preservação. Defensor de mudanças no Código Florestal que levem em conta produções antigas de café, maçã e outras frutíferas no Sul do país, ele disse que, se a atual legislação fosse cumprida, três milhões de produtores estariam na ilegalidade: — O Brasil precisa construir uma legislação ambiental, e o nosso ponto de partida é que toda a legislação ambiental construída até hoje não teve a participação de quem produz.

Lula recebe mais de 7 mil mensagens por veto à MP 458 – Paulo de Tarso Lyra – Valor Econômico – Política – 25/06/2009

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem prazo somente até hoje para vetar os artigos mais polêmicos da Medida Provisória 458, que cria novas regras para regularização de terras na Amazônia. O tema foi tratado na reunião de coordenação política de ontem mas, segundo ministros ouvidos pelo Valor, Lula não explicitou quais os pontos que pretende vetar. A tendência é que o presidente derrube o artigo que permite o repasse de terras da União para empresas ou em nome de terceiros. Ficaria mantida, apenas, a possibilidade de repasse de terras para pessoas físicas.

Assessores da Presidência reconheceram que o assunto é polêmico e que, qualquer decisão terá uma repercussão internacional forte. Para se ter uma ideia do tamanho da pressão, até terça-feira, a Presidência da República já havia recebido 7,2 mil mensagens, entre cartas e e-mails - 100 vindas do exterior - opinando sobre o assunto. Destes, apenas 50 defendiam a sanção na íntegra da MP.

Lula sabe que sua decisão pode afetar ainda mais uma relação tão conturbada entre dois setores estratégicos do governo: o do ambiente e o do agronegócio. "De um lado, um

grupo que tem grande repercussão internacional. Do outro, um setor que tem um peso muito grande para a economia brasileira", afirmou um assessor da Presidência.

As razões para o provável veto ao artigo que permite o repasse de terras para pessoas jurídicas é justamente o fato de ela ferir um dos princípios basilares que nortearam a edição da MP: permitir o acesso à terra dos pequenos produtores rurais. "Tanto que a MP foi concebida pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel", lembrou um aliado do governo.

Depois de almoço no Palácio do Itamaraty em homenagem à presidente das Filipinas, Glória Arroyo, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, lembrou que na semana passada o presidente Lula fez uma grande reunião no Palácio da Alvorada envolvendo os principais ministros das diversas Pastas que tratam do tema. "A decisão a ser tomada será uma decisão de governo e, por isto, será respeitada", assegurou.

Stephanes não quis comentar a possibilidade do veto à transferência de terras da União que estejam sob ocupação de empresas ou por terceiros - os prepostos, nas palavras do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. "As emendas não fazem parte do projeto original. Eu participei da elaboração do projeto original", esquivou-se Stephanes.

O foco da MP é possibilitar que pequenos produtores rurais tenham acesso à terras com 400 hectares, embora o texto estenda este tamanho para terras com até 1,5 mil hectares. Terão direito a estes terrenos pessoas que ocupem a terra antes de 1º de dezembro de 2004. No caso de terrenos de até 100 hectares, as terras serão doadas; de 101 a 400 hectares, a venda será feita por valor simbólico; de 401 a 1,5 mil hectares, os terrenos terão preço de mercado, com prazo de 20 anos para pagamento.

Lula veta transferência de terra da Amazônia para empresas – Sítio Eletrônico da CNA – 26/06/2009

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou ontem o artigo 7º da Medida Provisória 458, que foi incluído pela Câmara, e permitia a regularização fundiária de terras da Amazônia ocupadas por empresas ou por terceiros. A decisão foi tomada depois da reunião do presidente com o advogado-geral da União, José Antônio Dias Toffoli. A justificativa do veto mostrou que a MP levou em conta o fato "de que a maior parte das ocupações de terras públicas na região era exercida por pequenos e médios agricultores".

Ainda de acordo com o documento distribuído à imprensa, o objetivo do governo era viabilizar a regularização para este segmento de produtores, "que exploram diretamente a terra e tem na exploração da mesma a principal atividade econômica". A AGU reconheceu que a importância da regularização fundiária para o desenvolvimento econômico e social da região levou a proposta a receber emendas "que ampliaram seu objeto para incluir as ocupações exercidas por pessoas naturais, ainda que detentoras de outros imóveis ou que explorem indiretamente a área ocupada, e por pessoas jurídicas entre aquelas passíveis de regularização".

Pela análise da assessoria jurídica do governo, não seria possível prever os impactos das duas propostas para o desenvolvimento do processo de regularização fundiária, pela simples razão de "não haver dados que permitam aferir a quantidade e os limites das áreas ocupadas que se enquadram nesta situação".

Editada com base nos estudos feitos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário para resolve o vácuo de regras para a legislação fundiária na Amazônia, a MP 458 transformou-se em uma batalha política entre ambientalistas e ruralistas. A bancada ligada ao agronegócio no Congresso estendeu a possibilidade que a regularização dos terrenos até 1,5 mil hectares beneficiasse também empresas e ocupações indiretas.

Desde a semana passada a tendência pelo veto à emenda que beneficiava as empresas era dada como certa. Mas a proibição de regularização de terras ocupadas por prepostos foi uma decisão tomada mais tarde. "Essa questão é polêmica, já que a pessoa pode não morar em um terra próxima à que seria regularizada, mas manter atividade produtiva na mesma", afirmou um ministro ao Valor, antes da confirmação dos dois vetos.

Antes de saber dos vetos, a ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva (PT-AC), criticou o texto da MP. "Os apelos por vetos não são só de ambientalistas, mas de toda a sociedade. Estão em jogo R$ 70 bilhões em terras da União. É dinheiro do patrimônio público. Vai haver a reconcentração de terras, porque com título próprio as terras valerão mais e os titulares vão vender a terra".

"Na sua origem essa medida provisória é problemática. Primeiro, que não deveria ser uma medida provisória, segundo que deveria ter recorte de 400 hectares, atendendo a 80% dos posseiros e envolvendo uma área de R$ 7 milhões de hectares. Agora, como envolveram ainda grandes e médios produtores, tem um agravante de 60 milhões de hectares", disse.

A petista apontou um benefício, mas ressalvou: "De ponto positivo, a MP possibilitará que a população tenha acesso ao crédito, mas, no mérito, ela é problemática. Vai esconder os grileiros que estão por trás das pequenas propriedades. E não atende ao benefício de função social da terra."

Autor: Paulo de Tarso Lyra (colaborou Cristiane Agostine) – Valor Econômico – publicada em 26/06

Apoio da Contag aos vetos na MP 458 – Sítio Eletrônico da Contag - 26/06/2009

A Contag apoia os vetos do presidente Lula aos artigos 7º e 8º (inciso II) da lei que estabelece as normas para a regularização fundiária das terras públicas da União na região amazônica. Os vetos impedem que a posse das terras ocupadas por empresas ou terceiros possa ser legalizada a partir da sanção presidencial.

O secretário de Política Agrária da Contag, Willian Clementino, avalia que os vetos são resultados da mobilização da Contag e dos demais movimentos sociais. "O presidente Lula foi sensível às ponderações que apresentamos após a aprovação da MP 458 pelo Congresso Nacional". Além de protocolar carta endereçada ao presidente Lula, o presidente da Contag, Alberto Broch, defendeu publicamente os vetos aos artigos da MP que legitimavam as ações dos grileiros na Amazônia.

O secretário de Política Agrária da Contag lembra que o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) defendeu o arquivamento da Medida Provisória e sua substituição por Projeto de Lei, durante o Grito da Terra Brasil 2009. "O governo federal não discutiu o conteúdo da MP com os movimentos sociais e a sociedade", protestou Willian Clementino.

Fonte: Ronaldo de Moura, Agência Contag de Notícias

Lula contraria ruralistas em dois itens de MP – Estado de São Paulo – Nacional – 26/06/2009

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez apenas dois vetos na medida provisória que permite, a partir de hoje, a regularização de posses de até 1,5 mil hectares da Amazônia. Terras ocupadas por empresas ou por prepostos não poderão ser regularizadas. Essa possibilidade havia sido introduzida no texto por deputados da bancada ruralista durante as negociações na Câmara.

Os vetos haviam sido pedidos por ambientalistas, procuradores da República que atuam na Amazônia, PT, PSDB e Confederação Nacional da Agricultura (Contag). Mas nem todas as reivindicações de ambientalistas foram atendidas. Eles pediam também veto ao item que prevê a possibilidade de venda das propriedades acima de 400 hectares em três anos a partir da titulação da terra. No texto original da MP, esse prazo era de dez anos.

"O novo marco legal instituído para a regularização fundiária na Amazônia foi elaborado com base em dados que apontavam que a maior parte das ocupações de terras públicas incidentes na região era exercida por pequenos e médios agricultores", explicou o presidente, no texto em que justifica as razões dos vetos. "Diante deste fato, a MP 458 instituiu mecanismos para viabilizar a regularização fundiária de ocupações exercidas por

pessoas físicas ocupantes de pequenas e médias porções de terras da União, exploradas diretamente pelo ocupante que, por sua vez, tem nessa exploração sua principal atividade econômica", afirmou.

Ainda conforme o presidente, a decisão dos parlamentares de dar a quem usava prepostos a possibilidade de normalizar as posses tornou impossível prever o impacto da medida para o processo de regularização fundiária. De acordo com Lula, não há dados que permitam aferir a quantidade e os limites das áreas ocupadas que se enquadram nessa situação.

Na última sexta-feira, em Alta Floresta, onde lançou o programa que permitiu o início da regularização fundiária, o presidente disse que quem havia desmatado na Amazônia não deveria ser considerado bandido. Disse também que as ONGs que afirmavam ser a MP um caminho para a grilagem não estavam falando a verdade. Ao comentar a MP, Lula dizia sempre que foi um dos exemplos de diálogo e entendimento com o Congresso.

Nos próximos três anos, o governo espera colocar em ordem cerca de 296 mil posses. Aqueles que ocupam áreas de até 100 hectares receberão a terra de graça, num processo de titulação que deverá levar no máximo quatro meses. Os que têm áreas de 101 a 400 hectares poderão comprar a posse por valor simbólico. Os posseiros nas áreas de 401 a 1,5 mil hectares pagarão o valor de mercado com a terra limpa, mas sem passar por um processo de licitação. Poderão pagar a propriedade num prazo de 20 anos. As áreas superiores a 1,5 hectares não serão regularizadas. A União poderá retomá-las.

Entre as exigências ambientais da nova lei estão a comprovação de que as áreas cumprem função social, foram ocupadas pacificamente e que o pretenso proprietário não ganhou terras em assentamentos em outros projetos do governo. Serão obrigados a reflorestar, em 10 anos, as áreas desmatadas até recompor a exigência de reserva legal de 80% do total da propriedade, conforme determinação do Código Florestal para a Amazônia Legal.

FRASES

Luiz Inácio Lula da Silva
Presidente da República

"O novo marco legal instituído para a regularização fundiária na Amazônia foi elaborado com base em dados que apontavam que a maior parte das ocupações de terras públicas na região era exercida por pequenos e médios agricultores"

"A MP 458 instituiu mecanismos para viabilizar a regularização de ocupações exercidas por pessoas físicas de pequenas e médias porções de terras da União, exploradas

diretamente pelo ocupante que, por sua vez, tem nessa exploração sua principal atividade econômica"

Lula veta transferência de terra da Amazônia para empresas – Paulo de Tarso Lyra – Valor Econômico – Política – 26/06/2009

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou ontem o artigo 7º da Medida Provisória 458, que foi incluído pela Câmara, e permitia a regularização fundiária de terras da Amazônia ocupadas por empresas ou por terceiros. A decisão foi tomada depois da reunião do presidente com o advogado-geral da União, José Antônio Dias Toffoli. A justificativa do veto mostrou que a MP levou em conta o fato "de que a maior parte das ocupações de terras públicas na região era exercida por pequenos e médios agricultores".

Ainda de acordo com o documento distribuído à imprensa, o objetivo do governo era viabilizar a regularização para este segmento de produtores, "que exploram diretamente a terra e tem na exploração da mesma a principal atividade econômica". A AGU reconheceu que a importância da regularização fundiária para o desenvolvimento econômico e social da região levou a proposta a receber emendas "que ampliaram seu objeto para incluir as ocupações exercidas por pessoas naturais, ainda que detentoras de outros imóveis ou que explorem indiretamente a área ocupada, e por pessoas jurídicas entre aquelas passíveis de regularização".

Pela análise da assessoria jurídica do governo, não seria possível prever os impactos das duas propostas para o desenvolvimento do processo de regularização fundiária, pela simples razão de "não haver dados que permitam aferir a quantidade e os limites das áreas ocupadas que se enquadram nesta situação".

Editada com base nos estudos feitos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário para resolve o vácuo de regras para a legislação fundiária na Amazônia, a MP 458 transformou-se em uma batalha política entre ambientalistas e ruralistas. A bancada ligada ao agronegócio no Congresso estendeu a possibilidade que a regularização dos terrenos até 1,5 mil hectares beneficiasse também empresas e ocupações indiretas.

Desde a semana passada a tendência pelo veto à emenda que beneficiava as empresas era dada como certa. Mas a proibição de regularização de terras ocupadas por prepostos foi uma decisão tomada mais tarde. "Essa questão é polêmica, já que a pessoa pode não morar em um terra próxima à que seria regularizada, mas manter atividade produtiva na mesma", afirmou um ministro ao Valor, antes da confirmação dos dois vetos.

Antes de saber dos vetos, a ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva (PT-AC), criticou o texto da MP. "Os apelos por vetos não são só de ambientalistas, mas de toda a sociedade. Estão em jogo R$ 70 bilhões em terras da União. É dinheiro do patrimônio público. Vai haver a reconcentração de terras, porque com título próprio as terras valerão mais e os titulares vão vender a terra".

"Na sua origem essa medida provisória é problemática. Primeiro, que não deveria ser uma medida provisória, segundo que deveria ter recorte de 400 hectares, atendendo a 80% dos posseiros e envolvendo uma área de R$ 7 milhões de hectares. Agora, como envolveram ainda grandes e médios produtores, tem um agravante de 60 milhões de hectares", disse.

A petista apontou um benefício, mas ressalvou: "De ponto positivo, a MP possibilitará que a população tenha acesso ao crédito, mas, no mérito, ela é problemática. Vai esconder os grileiros que estão por trás das pequenas propriedades. E não atende ao benefício de função social da terra." (Colaborou Cristiane Agostine)

Sem-terra invadem 14 fazendas em São Paulo - Soraya Aggege - O Globo – O País – 28/06/2009

Governo diz que não abrirá diálogo com grupo comandado por José Rainha Júnior, que reúne dissidentes do MST

SÃO PAULO. Cerca de 1.500 sem-terra ocupam, desde a noite de sábado, 14 fazendas em oito municípios das regiões do Pontal do Paranapanema e da Alta Paulista. O movimento foi chamado "Inverno quente" e é comandado pelo grupo de José Rainha Júnior, dissidente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nacional.

O governo de São Paulo adiantou ontem que não abrirá diálogo com os sem-terra. A União Democrática Ruralista (UDR) espera que pelo menos duas das áreas sejam desocupadas hoje.

As ocupações são um protesto contra um projeto do governo José Serra (PSDB) em tramitação há dois anos na Assembleia Legislativa, segundo Sérgio Pantaleão, líder do movimento.

O projeto de regularização de terras incluiria uma espécie de privatização, com a venda de parte das áreas devolutas.

Os sem-terra querem que o governo transfira as terras devolutas para o governo federal.

— José Serra quer legalizar latifúndios de São Paulo e vender o que resta a uns 200 grandes fazendeiros.

Além de não fazer a reforma agrária, de querer vender o estoque de terras, ele abandonou os assentamentos — disse Pantaleão, afirmando que pelo menos 3.000 famílias sem-terra das duas regiões invadidas reivindicam terras.

Os sem-terra ligados a Rainha apoiam o governo Lula e são opositores do governador de São Paulo, José Serra (PSDB).

Eles afirmam que querem novas áreas e mais apoio aos assentamentos e à agricultura familiar.

— Não somos contrários ao agronegócio, mas, no caso de São Paulo, é exagerado. O governo Serra só foca suas ações no agronegócio. É só visitar os assentamentos paulistas — afirma o líder sem-terra.

Para Marrey, argumentação dos sem-terra é "papo furado" O secretário de Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, Luiz Antônio Guimarães Marrey, afirmou que o argumento dos sem-terra sobre o projeto não é válido. Marrey argumentou que as terras estão ocupadas por fazendas há 90, 100 anos, e têm benfeitorias que precisam ser respeitadas.

— São casos que se arrastam há 30 anos na Justiça. Para o estado pegar as áreas, é preciso haver proporção, algo como 60% para o estado e 40% para os particulares. A ideia do projeto é levar paz ao Pontal.

Mas, se houver paz no Pontal, o movimento sem-terra termina. Por isso não querem que o governo acerte a situação.

É tudo pretexto, porque não há sequer indicação para a votação do projeto — disse.

Para Marrey, a argumentação dos sem-terra "é papo furado, discurso repetitivo": — O que há é a dificuldade de esse movimento se enquadrar no estado de direito. Eles são profissionais do conflito.

Sobre a possibilidade de um diálogo com os sem-terra, Marrey já adiantou que não haverá negociações: — Não tem negociação com a violação da lei. Eles não operam de boa fé e não há sequer o que negociar. Eles que cumpram a lei.

Presidente da UDR pedirá reintegração das terras As fazendas invadidas são: Vista Alegre, Santo Antonio, das Cobras e Maria Elisa (as quatro em Dracena), Nossa Senhora de Lourdes (em Junqueirópolis), Tânia (em Martinópolis), Santa Maria (em Rancharia), São Pedro, Santo Antonio e Alvorada (em Presidente Epitácio), Guarani e São Luiz (em Presidente Bernardes), Beira-Rio (em Theodoro Sampaio) e Santa Isabel (em Mirante do Paranapanema).

Uma outra fazenda, a Campinas, no município de Caiuá, foi ocupada no sábado e liberada ontem, depois de um diálogo entre os sem-terra e os funcionários.
O presidente da UDR, Luiz Antonio Nabhan Garcia, reclamou dos sem-terra e do governo:

— Desde 1986 estamos aguentando essa esculhambação no Pontal. Não há punição. E o governo, com maioria na Assembleia, não foi capaz de aprovar o projeto que regulariza as terras. Vamos pedir a reintegração das terras.

Ex militantes do MST coordenam núcleos do INCRA – Roldão Arruda e José Maria Tomazela - Estado de São Paulo – Nacional – 29/06/2009

Os três coordenadores dos núcleos de apoio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no Pontal do Paranapanema, região que concentra o maior número de assentamentos rurais no Estado de São Paulo, são ex-militantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) e já exerceram funções na Cocamp - cooperativa do MST cujo nome é citado em inquéritos policiais e processos sobre mau uso de dinheiro público. Os salários dos três não são pagos diretamente pelo Incra, mas pela Fundação de Estudos e Pesquisas Agrícolas e Florestais (Fepaf), instituição sem fins lucrativos situada no centro de uma pesada polêmica que vem sendo travada entre a direção do Incra em São Paulo e entidades de representação dos funcionários da casa.

As entidades suspeitam que o superintendente regional do Incra, Raimundo Pires Silva, esteja utilizando a Fepaf para a contratação de pessoas ligadas ao MST para atuar tanto nos assentamentos quanto na sede da instituição, em São Paulo. O dinheiro é repassado à fundação por meio de convênios.

Em documento encaminhado dias atrás à presidência do Incra em Brasília, os representantes dos servidores disseram que Silva conduz um acelerado processo de terceirização no quadro de funcionários da superintendência regional. Pelas suas contas, enquanto o número de servidores públicos do Incra-SP gira em torno de 120, os terceirizados, remunerados via Fepaf, somam mais de 400.

A Fepaf era uma instituição praticamente alheia às atividades do Incra até 2003 - ano em que Silva assumiu a superintendência. Em 2004, ele celebrou o primeiro convênio com a fundação, para a contratação de estagiários, no valor de R$ 10 mil. No ano seguinte, porém, o valor dos convênios com a entidade saltou para R$ 6,2 milhões. E dali para a frente a escalada não parou mais. No ano passado o valor bateu em R$ 16,9 milhões. Neste ano, os números disponíveis, ainda provisórios, chegam a R$ 16 milhões.

A quase totalidade do dinheiro, cuja soma passa da casa dos R$ 60 milhões, é destinada ao pagamento de pessoal, em atividades como vistoria e avaliação para análise cadastral de imóveis rurais, obtenção de terras para a reforma agrária, manejo de recursos naturais em assentamentos, assistência social e jurídica às famílias acampadas, assistência técnica e qualificação de trabalhadores rurais. Regularmente são publicados no Diário Oficial da União termos aditivos com a renovação desses convênios.

Representantes dos servidores estranham que todas essas atividades fiquem nas mãos de pessoas que não prestaram concurso público. E estranham mais ainda a presença de pessoas ligadas ao MST à frente delas, por se tratar de atividades que envolvem conflitos de interesses, opondo de um lado os sem-terra e, de outro, proprietários rurais.

José Nilton do Amaral, conhecido como Mossoró, coordenador do núcleo de apoio do Incra em Mirante do Paranapanema, e Edenilton Henrique Batista, o Musgão, do núcleo de Presidente Epitácio, eram da linha de frente do MST na década de 90, quando as atividades da organização explodiram no Pontal, com 300 fazendas invadidas. Mais tarde eles foram para a Cocamp, a polêmica cooperativa de onde já saíram vários funcionários que hoje estão entre os contratados da Fepaf.

Outro que se enquadra nessa situação é o coordenador do escritório regional do Incra em Teodoro Sampaio, Sidnei Macedo, o Piu, também ex-Cocamp. A prática se repete em outras unidades do interior. Funcionários do núcleo de apoio do município de Iaras, como Henri Alexandrino de Souza, contratado pela Fepaf, são ligados à Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária de Iaras (Cocafi), do MST.

A sede do Incra em Iaras virou reduto do MST, segundo o assentado Eraldo Pedroso da Silva, titular do lote 21 no Assentamento Zumbi dos Palmares. "O Incra e o MST aqui são a mesma coisa. Só quem reza na cartilha do movimento é atendido."

Em Itapeva, a vereadora Áurea Aparecida Rosa (PTB) pediu à Polícia Federal que investigue convênios entre o Incra e o Instituto Técnico de Estudos Agrários e Cooperativismo, ligado ao MST, cujos integrantes prestam serviços à Fepaf. Segundo a vereadora, a fundação contratou Maria de Fátima Matheus, mulher do dirigente estadual do MST Delweck Matheus, para atuar na coordenação do escritório do instituto.

Após receber as reclamações dos representantes dos servidores, a presidência do Incra encaminhou ao superintendente de São Paulo um questionário sobre o assunto, que Silva está respondendo. Em maio, ele foi condenado em Presidente Prudente por ter autorizado, em 2003, a assinatura de convênio ilegal com uma cooperativa de assentados da reforma agrária, ligada ao MST.

Sem-terra invadem fazendas em São Paulo – Folha de Sào Paulo – Brasil – 29/06/2009

Agricultores sem-terra invadiram entre anteontem e ontem 15 fazendas em oito cidades no interior de São Paulo, segundo relato de integrantes que participaram das ações.

As invasões ocorreram nas regiões da Alta Paulista e no Pontal do Paranapanema (oeste do Estado). O sem-terra Sérgio Pantaleão disse que as invasões são para protestar contra a "morosidade" do governo estadual nas questões relativas à distribuição de terras. "A política de reforma agrária do governador José Serra é totalmente equivocada, voltada ao agronegócio", disse ele. Pantaleão estimou em 1.500 os manifestantes presente nas ações.

O diretor executivo do Itesp (Instituto de Terras do Estado de São Paulo), Gustavo Ungaro, contestou as informações dos sem-terra e disse que o governo Serra tem investido em assentamentos rurais. "Só neste ano já criamos quatro novos assentamentos. O problema é que há várias ações judiciais que dificultam nosso trabalho", disse. Segundo o diretor, só na região do Pontal, o Estado já ingressou com 55 ações judiciais relacionadas à reforma agrária.

Nos protestos haviam integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e do Mast (Movimento dos Agricultores Sem Terra). Parte do grupo que participou da ação é ligada ao ex-líder do MST José Rainha.

A cidade com mais invasões, segundo os sem-terra, foi Dracena (634 km de São Paulo), com quatro propriedades.

Não houve relato de confrontos. A série de ações teve início na madrugada de sábado. Ainda ontem ocorreram invasões. Para os sem-terra, as áreas são improdutivas e deveriam ser destinadas à reforma agrária. Em Presidente Prudente, policiais do 8º Batalhão da PM do Interior confirmaram invasões em ao menos cinco fazendas: duas em Dracena, uma em Junqueirópolis, uma em Caiuá e uma em Presidente Prudente.

Brecha em lei pode beneficiar superposseiro - Marta Salomon – Folha de São Paulo – Brasil – 29/06/2009

Convencido de que a floresta existe para "servir ao homem", o paulista Eucleber Vessoni ocupa 190 quilômetros quadrados de terras da União na Amazônia -7,6 vezes o limite máximo de venda de terras públicas permitido pela Constituição. Eucleber cria gado, como a maioria dos candidatos ao programa de regularização fundiária do governo na região de Marabá, com altos índices de desmatamento e recordista em conflitos fundiários no país.

O programa Terra Legal pretende dar ou vender -grande parte a preço simbólico e sem licitação- 674 mil quilômetros quadrados de terras da União nos próximos três anos e não exclui as chances de Eucleber se tornar proprietário das terras. É o tipo de situação temida por alguns ambientalistas.

Embora o governo dê destaque para o grande número de pequenos posseiros a serem beneficiados, um número reduzido de posses (6,6%) reúne quase 73% das terras da região. Elas também poderão ser regularizadas mediante a divisão dos imóveis entre familiares, por

exemplo, apurou a Folha.
Diferentemente dos grileiros, que ocupam terras públicas por meio de documentos forjados, os superposseiros como Vessoni não escondem que se apossaram de bem público. "Terra da União, na verdade, é do povo. Nunca pensei que fossem me tomar. Para dar para quem? Quem é melhor do que eu?", diz o mineiro Pedro José de Campos, presidente da associação local de pecuaristas, também posseiro, junto com os filhos, de uma área de 30 quilômetros quadrados, que também deverá ser dividida e regularizada, sem licitação. "Aqui, ninguém tem título", resume.
Vessoni e Pedro podem vir a se beneficiar de uma brecha no programa, o fracionamento dos imóveis entre membros da família, para obter os títulos de propriedade. O governo não se opõe a essa possibilidade, desde que as terras não sejam tituladas em nomes de laranjas.
Outra brecha no programa é o prazo de ocupação. A lei sancionada por Luiz Inácio Lula da Silva na quinta-feira fixa 1º de dezembro de 2004 como data limite da ocupação. Desde a versão original da medida provisória editada pelo governo, no entanto, o texto prevê que a ocupação se dê por meio de "antecessores". Na prática, o governo vai admitir transferência da posse em período posterior, desde que a terra tenha sido desmatada até 2004, conforme imagens dos satélites do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).
É o caso de Divino Pereira da Silva, que afirma ter comprado pouco mais de 20 quilômetros quadrados de terras 15 dias antes, por cerca de R$ 471 por hectare (10 mil metros quadrados), abaixo do preço de mercado na região.
A situação dele será analisada pelo programa, assim como os imóveis com área superior ao limite da lei e que vierem a ser fracionados. Provavelmente, haverá vistorias nas áreas. "Se criarmos muitas restrições, não conseguimos trazer [os ocupantes de terras públicas] para a legalidade", avalia o coordenador do programa Terra Legal, Carlos Guedes.
Na primeira semana de cadastramento, limitado a poucas cidades ainda, 600 candidatos já se inscreveram.

Matas

As filas do cadastramento do Terra Legal são um retrato da ocupação da Amazônia. A Folha encontrou durante a semana passada garimpeiros, ex-trabalhadores de grandes obras na região, gente atraída pelo lema da ditadura ("Integrar para não entregar"), os que pegaram carona nas carrocerias de caminhões de madeireiros e os que levaram rebanhos de outras regiões, no avanço da fronteira agrícola sobre a floresta.
Em geral, ocupantes de terras públicas têm uma visão peculiar da floresta, que conheceram, nos anos 70 e 80, bem diferente da paisagem atual, na qual pastos predominam. "O homem da Amazônia não é um monstro. Todos queremos preservar, mas não à custa da nossa vida. Entre a mata e eu, vai morrer a mata. Os atores ganham a vida beijando na televisão, nós não", alega Divino Silva, numa referência aos atores que levaram abaixo-assinado a Lula em defesa da Amazônia.
Os homens da região medem suas terras em linhas ou alqueires, não em hectares, medida nacional. Um imóvel de um quilômetro quadrado é considerado pequeno, na visão local. Muitos acreditam que as terras só ganharam valor com o abate das árvores, objeto de

preocupação mundial. O superposseiro Pedro Campos lembra ter pago entre R$ 50 e R$ 100 o hectare da posse, em 99, quando a região era quase só mata.
Almir José da Cruz Arantes, garimpeiro de Serra Pelada, não pagou nada pelos cerca de 29 quilômetros quadrados da União que ocupou em 86, no rastro da extração de mogno. Ele espera regularizar as terras, localizadas no município vizinho a Marabá, no limite do território dos índios Xicrim. "Não tivemos condições de abrir a mata, a despesa era muito grande", disse, na expectativa de ser remunerado pelo governo para manter a floresta em pé.
Com a família na fila do cadastramento, o agricultor João Rodrigues Gomes chegou há sete anos na região, pagou pouco mais de R$ 100 por hectare da terra da União que ocupa. Pelo tamanho, Gomes deve receber o título de graça. Cria 30 cabeças de gado, quase nada perto das 18 mil cabeças do superposseiro Vessoni.

Tamanho do Pará no cartório é 4 vezes maior

Nos cartórios do Pará, o Estado tem quase quatro vezes o tamanho oficial registrado nos mapas. As "terras de papel", como são chamados os títulos supostamente irregulares, fazem do Pará o recordista em grilagem de terra no país.
O mineiro Elias Ralim Mifarreg é um desses grileiros, alvos de críticas de ambientalistas ao projeto de regularização fundiária do governo federal.
A situação de grileiro é atestada por um laudo do Iterpa, o instituto de terras do Estado. O documento conclui que o título de terra apresentado pelo fazendeiro refere-se, na verdade, a outro imóvel, localizado a 20 quilômetros de distância da região ocupada por ele, parte da gleba Mãe Maria, da União.
Detalhe: o Incra descobriu que a terra era da União apenas durante o processo de desapropriação para a reforma agrária. O instituto prepara agora a retomada do imóvel.
Mifarreg não vai se cadastrar no programa do governo nem reconhece a situação irregular do imóvel, mas argumenta: "Estou lá há 37 anos, devia ter direito à terra, se fosse o caso de não ter título. Hoje eu tenho 6.000 hectares [60 quilômetros quadrados] ocupados pelos sem-terra. Vamos ver aonde essa zorra vai chegar".
À Folha, ele contou que comprou o título da terra por carta em 72, de um primeiro "proprietário" da área, em Rondon do Pará, estimulado pela propaganda oficial que convidava à ocupação da Amazônia. "Se existisse internet naquela época, a venda seria pela internet". O papel foi levado ao cartório 25 anos depois.
Mifarreg é só um exemplo do caos fundiário da Amazônia. Com base em pesquisa nos cartórios do Pará, a comissão de monitoramento da grilagem, criada pelo Tribunal de Justiça há dois anos, detectou o registro de mais de 5.000 imóveis com mais de 25 quilômetros quadrados, o limite de venda de terras públicas fixado pela Constituição. Nove deles teriam mais de 10 mil quilômetros quadrados.

"Nas últimas décadas, assistiu-se a um fenômeno enormemente lucrativo, a multiplicação das "terras de papel". Em vários municípios, a audácia dos grileiros subverteu as leis básicas da física, permitindo que até 16 corpos ocupassem o mesmo lugar no espaço", anota pedido de cancelamento das matrículas irregulares levado Conselho Nacional de Justiça. O pedido, feito pelo governo do Estado e pelo Ministério Público, aguarda resposta.

Senadores aprovam mudanças em critérios de produtividade de propriedades rurais – Sítio Eletrônico da CNA – 30/06/2009

Os senadores da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovaram a regulamentação de preceito constitucional relativo à reforma agrária, de relatoria da senadora Kátia Abreu (DEM-TO). A intenção, descrita no projeto, foi manter o critério de propriedade produtiva previsto na Constituição, mas modificar os parâmetros de produtividade de maneira a evitar a desapropriação de uma propriedade rural produtiva.

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO), que ofereceu substitutivo ao projeto, explicou que pretende evitar a simultaneidade de exigência dos dois critérios para que uma propriedade seja considerada produtiva: o de produtividade e o de eficiência - que está relacionado ao uso de determinada área da propriedade. Conforme relatório aprovado na comissão, propriedade produtiva passa a ser aquela que atinge grau de eficiência na exploração, segundo parâmetros, índices e indicadores fixados pelo órgão federal competente.

Pela legislação atual, para ser considerada produtiva, a propriedade deve apresentar, além de eficiência na exploração, determinado nível de utilização da terra, definido de acordo com índices fixados por órgão federal. "A simultaneidade de exigência de produtividade e de eficiência é retrógrada. O que deveria valer é o faturamento da propriedade, como ocorre na atividade industrial", disse Kátia Abreu.

De acordo com o substitutivo, ficarão estabelecidos prazos de dois anos, em caso de culturas temporárias, e de cinco anos, em caso de culturas perenes e de exploração pecuária, para a adaptação das propriedades rurais à nova lei.

Caberá ao Congresso Nacional aprovar os parâmetros, índices e indicadores que informam o conceito de produtividade, que serão ajustados, periodicamente, pelos ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ouvido o Conselho Nacional de Política Agrária, com base em estudos científicos realizados pelo Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária. A proposta será votada em turno suplementar na CRA, seguindo então para exame na Câmara dos Deputados.

Assessoria de Comunicação da senadora Kátia Abreu (com informações da Agência Senado)

Senado vai discutir a criação do Estatuto do Produtor Rural – Sítio Eletrônico da CNA – 30/06/2009

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou três requerimentos de autoria da senadora Kátia Abreu (DEM-TO), para realização de audiência pública para discutir a criação do Estatuto do Produtor Rural. A senadora pediu audiências separadas para tratar de cada matéria. Ela disse que o tema é amplo, por isso sugeriu a participação de especialistas nas reuniões. "A participação de especialistas nessa discussão vai ajudar na criação de um Estatuto que realmente atenda os produtores rurais", justificou a senadora.

A intenção do primeiro requerimento é discutir o Estatuto do Produtor Rural e analisar questões fundiárias. Para debater esta matéria, a senadora sugeriu a participação do representante da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Leôncio Brito, do professoro Denis Rosenfeld, Sociólogo e Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e do Juiz e Professor da PUC-MG, Fernando Humberto dos Santos.

Já para a reunião que vai tratar sobre a Defesa Agropecuária, a senadora pediu a presença, de Homero Pereira, representado a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Carlos Lovatelli, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) e Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG) e do Professor titular do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da ESALQ-USP, Fernando Curi Peres.

Na discussão sobre o Estatuto do Produtor Rural, com a finalidade de analisar questões relacionadas ao Meio Ambiente, a senadora sugeriu que participassem, Assuero Doca Veronez, representante da CNA, o Produtor Rural, Jairo Lousa, o Procurador da Fazenda Nacional, Professor Universitário e especialista em Direito Ambiental, Luiz Carlos Silva Moraes e o representante da Embrapa, Eliseu Alves.

Endividamento Agrícola

A CRA analisou a proposições sobre a renegociação de dívida dos produtores rurais relativas a financiamentos com recursos dos fundos constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. "Nós daremos condições de renegociação, mais especificamente, aos fundos constitucionais e não a todo crédito rural, porque quando fazemos as pré-negociações das dívidas gerais, os fundos constitucionais não são contemplados", explicou a senadora. Na ocasião, a senadora Kátia Abreu (DEM-TO) também falou sobre o Código Florestal Brasileiro que, em sua visão, deve ser alterado, com

vistas ao desmatamento zero, mas com uma regulamentação ambiental que permita e estimule a produção e a exportação de alimentos.

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrrj.br/cpda

Apoio

CNPq actionaid CIRAD IICA nead Ministério do Desenvolvimento Agrário BRASIL GOVERNO FEDERAL